

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 53 - Série VII - N.º 554
9 de Agosto de 1984

Preço: 30\$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e Impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Suplemento do Avante! N.º 4 9 de Agosto de 1984 Não pode ser vendido separadamente SEMANÁRIO

Arturo Sandoval um dos maiores trompetistas do mundo centrais

JANNA BITCHEVSKAIA uma forma diferente de cantar o folclore russo centrais

CARLOS DO CARMO TROVANTE

IMPLANTAÇÃO E VENDA DA FALTA 30 DIAS PARA A FESTA

FESTAS DO PCP CONFIANÇA UNIDADE E LUTA

Alvaro Cunhal em Sines na Festa da Terra e do Mar:

«Torna-se cada vez mais urgente a demissão do Governo Soares/M. Pinto. Uma alternativa democrática está plenamente ao alcance das forças da democracia desde que todos se decidam finalmente a convergir na sua acção e a andar depressa»

Págs. centrais

Suplemento / Avante! Ano 53 - Série VII N.º 554 9 de Agosto de 1984 Suplemento n.º 118 Não pode ser vendido separadamente

A luta de todos e a crise de alguns Págs. 2/3

HELÍNQUIA 9 anos depois, que perspectivas? Pág. 5/6

METALÚRGICOS

Paralisação a 100% na Siderurgia Nacional

Pág. 7

CAMPONESES

Agricultores de Guimarães impõem a abertura da feira de gado

Pág. 6

PESCADORES

Lista «A» vence eleições na Mútua contra as manobras do Governo PS/PSD

Pág. 7

SEMANA

1
Quarta-feira



Francisco Benoit homenageada

O programa de «recuperação» do Governo trará mais 240 mil desempregados, segundo um estudo da CGTP-IN, a taxa de desemprego será, em 1987, de 14,8 por cento, o que corresponde a 700 mil desempregados. O FMI aprova a Carta de Intenções do Governo PS/PSD, na carta está contida a intenção de se dar um novo conceito de «sector público». Os professores do Centro denunciam as graves situações de rotura existentes nas instalações e transportes escolares. Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, chega a Lisboa vindo de Brazzaville, onde assistiu aos trabalhos do 3.º Congresso do Partido Congolês do Trabalho. A musicóloga Francisca Benoit, membro do Conselho Nacional do MDM, é homenageada em Lisboa. É publicado o decreto que estabelece a intervenção do Governo nos serviços municipalizados de distribuição de água e electricidade, o que tornará a água mais cara em zonas como o Grande Porto. A URSS, ao considerar negativa a resposta dos EUA à proposta de uma conferência sobre a desmilitarização do espaço, afirma que os EUA pretendiam legalizar, com a conferência, a proliferação armamentista no cosmos.

2
Quinta-feira

As regiões autónomas dos Açores e Madeira a uma nova companhia de transportes marítimos, o Governo acelera a destruição da Companhia de Transportes Marítimos (CTM). Dois heróis da contra-revolução, o primeiro ministro português e o homem de mão da CIA para a Nicarágua, Eden Pastora, encontram-se no Algarve. O serviço de maternidade do hospital do Fundão é encerrado por falta de cobertura médica. O Partido Comunista da África do Sul comemora o seu 63.º aniversário. Jorge Videla, o ditador argentino que esteve no poder de 1976 a 1981, é preso em Buenos Aires, por violações dos direitos do homem. Abre em Viena, a quarta conferência geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUUDI). Em discussão está o crescente fosso entre a situação económica dos países industrializados e o terceiro Mundo.

3
Sexta-feira



Cunha Leal

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP afirma na Festa da Terra e do Mar, em Sines, a urgência da demissão do Governo Soares/Pinto, uma vez que esta coligação prepara novas leis para liquidar ou limitar as liberdades. O advogado Cunha Leal afirma numa sessão pública em Sacavém que a proposta de lei de «segurança» viola 15 artigos da Constituição. O cimento sofre, pela quarta vez desde o princípio do ano, um novo aumento. O novo preço terá repercussões nos custos da habitação. O aumento do número de desempregados do distrito de Lisboa é a causa da diminuição do número de trabalhadores com salários em atraso no distrito, que agora se situa nas 20 mil pessoas. Daniel Ortega, coordenador da Junta de Governo da Nicarágua anuncia a abertura da campanha eleitoral, afirmando que os Estados Unidos não conseguirão deter a Frente Sandinista no caminho das transformações revolucionárias. A polícia sul africana carrega sobre trezentas crianças e jovens que se manifestavam contra a discriminação racial nas escolas.

4
Sábado

O ministro da Agricultura subsidia a CAP com quinhentos contos do orçamento do seu Ministério. No despacho, Soares da Costa afirma que o que é bom para a confederação dos agricultores também é bom para a agricultura. A União dos Sindicatos de Évora afirma que a situação social neste distrito continua a agravar-se. Aumenta o número de trabalhadores com salários em atraso, bem como a regressão e a propalanda do patronato. Na quarta conferência da ONUUDI, os países capitalistas são acusados de fomentarem a pobreza, ao incrementarem o fosso existente entre os países industrializados e o Terceiro Mundo. A administração Reagan é acusada pelos participantes de uma conferência internacional para eliminação dos riscos atômicos do mundo, reunidos em Tóquio, de conduzir o mundo à beira do apocalipse nuclear. A Câmara dos Representantes do Congresso norte-americano opõe-se à atribuição de fundos secretos de auxílio aos grupos terroristas que combatem o povo da Nicarágua.

5
Domingo



Rosa Mota

Terminam as eleições para a Múta dos Pescadores, na sequência de um processo fraudulento desencadado pelo Governo com o apoio dos armadores e dos amarelos. Contrariando as afirmações do governador civil de Setúbal, o bispo desta diocese afirma que «continua a haver muita fome» no distrito. A Direcção-Geral da Concorrência revela que os preços das frutas aumentaram entre 7,5 e 57,7 por cento no mês de Julho. No mesmo mês os preços do frango e dos ovos aumentaram entre 11,1 e 22,4 por cento. Rosa Mota alcança a medalha de bronze na prova de maratona feminina dos Jogos Olímpicos de Los Angeles. A atleta faz a melhor marca portuguesa de sempre na distância. O representante da Frellin junto das Nações Unidas acusa o Governo PS/PSD de pactuar com a Indonésia, ao defender a política anexionista deste país. Começa a cimeira dos «cinco». Os ministros dos negócios estrangeiros dos países africanos de expressão oficial portuguesa discutirão a dinamização da cooperação entre os cinco países.

6
Segunda-feira

A lista «A» concorrente às eleições para a Múta dos Pescadores elege com larga vantagem as eleições apesar das fraudes eleitorais da comissão administrativa e da lista «B». A lista vencedora tinha como sigla «devolver a Múta aos pescadores». O Presidente da República afirmou em Castro Daire que a lei de segurança deve respeitar os limites impostos pela democracia. Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP partiu para a República do Zimbábue onde assistirá ao 2.º congresso do partido ZANU-FP. 6 de Agosto de 1945, os Estados Unidos lançam a primeira bomba atómica sobre a cidade japonesa de Hirochima. Os efeitos desta explosão causaram, até hoje, 113 271 mortos. O massacre de Hiroxima foi lembrado em todo o mundo, numa clara demonstração de que a humanidade quer a paz. Um jornal britânico revela que a sabotagem do porto de Luanda foi obra de comandos sul-africanos. Dias antes, a Angop lembra que os métodos utilizados tinham sido os mesmos utilizados nas sabotagens contra os portos da Nicarágua, e que as duas operações tinham a marca da CIA.

7
Terça-feira

Nun encontro realizado em Lisboa para analisar os problemas das comunidades portuguesas, emigrantes comunistas acusam o Governo PS/PSD de sacrificar os interesses dos nossos compatriotas no estrangeiro à «sua estratégia de submissão ao imperialismo». Em luta contra a repressão desencadeada pelo conselho de gerência dos trabalhadores da Siderurgia Nacional paralisam a cern por cento. A Síria acusa os EUA de estarem «na origem das explosões no Mar Vermelho». Um dia depois do 39.º aniversário do bombardeamento de Hiroxima pelos Estados Unidos o governo japonês, esquecendo os seus mortos, anuncia o ensaio de um missile terra-...

Editorial

«OPERAÇÃO» CEE — UM CRIME CONTRA O PAÍS

A «integração» de Portugal na CEE, erigida como receita milagrosa para os males congénitos da economia do País, tem constituído na realidade, como se sabe, após a formação do chamado «primeiro governo constitucional» do PS sozinho em 1976, e principalmente na vigência do actual Governo PS/PSD, uma operação «prioritária» da política de recuperação capitalista, latifundiária e imperialista.

«Operação política contra o 25 de Abril» — assim lhe chamou justamente e desde o início o PCP. Esta posição, alicerçada em argumentos irrefutáveis, fez do PCP o alvo predilecto dos advogados da «integração».

Dos círculos mais directamente empenhados na operação — de que Mário Soares se tornou o principal executor e arauto — vieram contra o PCP reacções imediatas e esperadas, mesmo de sectores sociais candidatos a vítimas da «integração» mas mal esclarecidos e sob a influência ideológica daqueles círculos.

«O PCP está politicamente isolado e a leste das realidades do País» — proclamaram os advogados da CEE — «O PCP não tem nenhuma alternativa válida à «natural» opção europeia de Portugal» e outras bobices semelhantes e sem base.

O alarido anticomunista mais ou menos primário ou mais ou menos «erudito» visava ocultar ou deformar algumas patentes realidades da posição do PCP.

Uma, é que, de facto, o PCP foi a única força política que desde a primeira hora denunciou com energia os objectivos ocultos e o carácter antinacional e antidemocrático do projecto de integração no Mercado Comum.

Outra, é que o PCP foi o que mais consequentemente apontou os efeitos nocivos que a «integração» acarretaria, na hipótese remota da sua efectivação, para a economia e a situação social do País.

Outra ainda, é que o PCP foi o único partido que formulou em termos coerentes uma proposta alternativa documentada para a saída da crise, válida como base de um necessário diálogo nacional e de uma necessária convergência entre as forças interessadas na salvaguarda da independência e do progresso económico e social do País, empenhadas na defesa e consolidação do 25 de Abril.

Hoje é impossível ocultar as profundas preocupações de muitos portugueses que embarcam na falsa tábua de salvação da chamada «integração» na CEE e reconhecem agora ou começam a reconhecer a justiça das posições e objecções do PCP.

O que já se conhece dos meandros do processo de integração; da gravidade dos problemas que sacodem a «Comunidade»; da sua estrutura interna; das pressões, rivalidades e choques de interesses no seio do Mercado Comum; das devastações operadas nos próprios países componentes, pelo agravamento da crise geral do sistema capitalista e da feroz concorrência entre os grupos monopolistas dominantes e, por outro lado, os episódios funambulescos do folhetim da «integração de Portugal na CEE» — tudo isso esclareceu muita gente, pôs a nu aspectos de verdadeira traição aos interesses nacionais desta suja operação política contra o 25 de Abril, deu ampla razão ao PCP.

Claro que as posições e objecções de fundo do PCP contra o processo de integração de Portugal no Mercado Comum nada têm a ver com o isolacionismo face à Comunidade Europeia, com falsas concepções absolutistas de autarquia económica e financeira de Portugal no concerto dos povos do mundo.

Ao contrário, os comunistas portugueses sempre defenderam consequentemente o relacionamento económico, financeiro, cultural e diplomático com todos os países, independentemente do seu sistema social, o estreitamento de relações de amizade e cooperação na base de mútuas vantagens e do respeito recíproco pela independência e pelos interesses nacionais de cada país.

E é exactamente na base destes princípios que se fundamentam as posições e objecções de fundo do PCP contra a operação política anti-Abril do processo de «integração» de Portugal na CEE.

Em primeiro lugar, a CEE tornou-se um autêntico barril de agudas contradições e de crise que não oferece a Portugal nenhuma perspectiva imediata ou remota de superação do seu atraso económico, das suas difi-

culdades financeiras, dos seus graves problemas sociais, antes os agravaria a todos.

A chamada «integração» de Portugal condenar-nos-ia à condição de «aldeia» dos países industrializados e mais desenvolvidos da Europa. A subscrição do «tratado de Roma» significaria para o nosso país um novo «Metwreen» dos tempos modernos.

Não, senhores advogados da «integração» de Portugal na CEE, sabeis muito bem que isto não é «excesso da propaganda comunista» mas pura, fria e simples realidade.

Nesta operação política anti-Abril estão implícitas a destruição das nacionalizações e o conseqüente regresso dos monopólios; a destruição da Reforma Agrária e o regresso em pleno à posse da terra dos latifundiários; a supressão dos direitos liberdades e garantias dos trabalhadores e o regresso à política repressiva e às relações de trabalho anteriores ao 25 de Abril.

Além disso, as linhas mestras do «plano de recuperação financeira e económica» do Governo PS/PSD — o PREF — enunciadas pelo «ministro dos monopólios» Ernâni Lopes — são inequívocas quanto ao sentido e ao modo da «reestruturação económica» que o Governo Soares/Mota Pinto pretende impor ao País. Ele as expôs, aliás, na conferência do IDN em 30 de Janeiro:

«Concentração de esforços e investimentos em indústrias relacionadas com a floresta, a montante e a jusante da produção florestal; conjunto das indústrias agro-alimentares; complexo industrial para turismo e tempos livres; indústrias de tecnologia avançada no domínio da electrónica, da informática, etc.»

Não é verdade que neste quadro se inscrevem a liquidação prática de ramos decisivos da nossa produção e do nosso desenvolvimento industrial, a desaparecimento de indústrias e empresas de alta tecnologia de importância decisiva para o abastecimento do mercado interno e para a garantia e aumento dos postos de trabalho?

Não é verdade que este «plano» se molda na estratégia de subdesenvolvimento da fase mais recuada do regime fascista apeado em 25 de Abril de 74?

O Governo e o ministro dos monopólios Ernâni Lopes silenciosamente ocorreria em Portugal se a operação de «integração» na CEE fosse efectuada.

O aumento do desemprego é a característica social dominante nos países da Comunidade. Em fins de Dezembro de 1981 o total de desempregados no seio do Mercado Comum ascendia a 10 259 000, em fins de Julho de 1983 subia até 11 300 000, ou seja, 10,3% da população activa, mas em Novembro deste mesmo ano atingiu os 12,3% com mais de 13 milhões de desempregados.

A escalada continua e afecta já a mão-de-obra emigrada portuguesa. A RFA, a França e o Luxemburgo, grandes centros de emigração de trabalhadores portugueses, estão mesmo a pagar indemnizações aos que queiram regressar a Portugal, e sabe-se que milhares já o fizeram.

O Governo Soares/Mota Pinto silencia igualmente as consequências imediatas que adviriam para a nossa produção agrícola se a «integração» fosse por diante.

A estrutura agrícola em Portugal com 89% do número de explorações de área inferior a 5 hectares (49,9% até 1 hectare), contra 28%, por exemplo, em França (4,9% até 1 hectare) é um factor de baixa produtividade da nossa agricultura, que só nas UCP's/Cooperativas da zona da Reforma Agrária, que o Governo quer destruir, atinge índices «europeus».

A existência de uma larga zona de minifúndio compromete qualquer hipótese de elevação da nossa produtividade agrícola. No confronto com a CEE, Portugal consome menos de metade dos adubos da RFA, da Holanda, da Bélgica, mesmo da Grécia. Só para a correcção dos solos áridos necessitávamos de 1 milhão de toneladas de calcário, e só dispomos de 20 a 30 000 toneladas. A nossa cultura do milho nas zonas do minifúndio não atinge 1200 quilos por hectare, mas no conjunto da CEE sobe a 3500 e 5000 quilos.

O nosso concentrado de tomate, cuja produção afecta 35 000 produtores e assalariados, estaria condenado a não

entrar no mercado da CEE. Mesmo sem a «integração», a Itália, grande produtor da CEE, manobrou e conseguiu subsídios que criaram desde 1981 condições deficitárias de comercialização agravadas do produto português — o que levou à queda da produção de 125 000 t em 75 para cerca de 60 000 em 1981.

No caso dos vinhos — de que Portugal é um grande produtor — a nossa produção vinícola sofreria com a «integração» um profundo golpe. A França veta a entrada dos nossos vinhos comuns no mercado europeu.

Os grandes produtores franceses, que comercializam, inclusive, grandes quantidades do vinho argelino, estão a promover o arranque em larga escala dos vinhedos para manter os preços elevados. Com maior determinação estão desde já a colocar, como condição da entrada na CEE, a razia das vinhas em Espanha e naturalmente em Portugal na perspectiva da «integração».

O Governo e o ministro Ernâni Lopes querem impor a destruição de vastas faixas da nossa superfície agrícola para a florestação do eucalpto, que destrói as terras, para a produção de pasta de papel destinada aos grandes «trusts» papelários. É um crime que não devemos permitir.

Na produção industrial a perspectiva da «integração» arrastaria a destruição de sectores fundamentais da indústria portuguesa.

O caso da siderurgia é paradigmático.

A RFA, grande produtor, tenta impor um plano de reestruturação que reduziria de 30 a 35 milhões de toneladas a capacidade de produção europeia, o que atingiria duramente o Luxemburgo, a Bélgica e mesmo a França, países onde foram já encerradas numerosas unidades. Na própria RFA o «plano» prevê a fusão das grandes siderúrgicas, da Thyssen com a Krupp, a coordenação da Hoechst e da Salzgitter, a «regulamentação» das Kloecker e Korf. O número de trabalhadores do sector siderúrgico da CEE caiu de 750 000 em 1974 para menos de 600 000 em 1981.

A esta luz compreende-se melhor a origem da conspiração dos governantes actuais para inviabilizar o nosso Plano Siderúrgico Nacional. Mais de 22 milhões de contos de equipamentos, adquiridos para o PSN adormecem nas instalações do Selxal. A actual ofensiva contra as ORT's da Siderurgia Nacional, que provocou a greve a 100% de 24 horas de antecedente, não é alheia aos propósitos liquidacionistas da nossa única empresa siderúrgica e nacionalizada pelos débitos serventários dos monopólios instalados no Governo.

No caso da têxtil registou-se nos países da CEE uma queda do número de postos de trabalho até 1975, superior a 850 000, e recentemente pudemos ler no relatório da OCDE sobre Portugal que um dos sectores a estrangular seria exactamente a nossa indústria têxtil, que emprega mais de 200 000 trabalhadores, sacrificada aos interesses das multinacionais.

A operação política contra o 25 de Abril, corporizada na chamada «integração» na CEE, constituiria uma autêntica operação cirúrgica contra a nossa produção industrial e agrícola.

Estamos na época das férias e é útil reter que o Governo Soares/Mota Pinto quer pôr em «férias» permanentes (no desemprego) milhares de trabalhadores; quer «concentrar» os recursos e investimentos nas empresas «viáveis» (o que significa a falência pura e simples) de milhares de unidades fabris, das chamadas «inviláveis» já em pleno curso.

A luta firme e unida dos trabalhadores da Siderurgia Nacional e outras acções mostram que a luta não pode entrar em férias e que no regresso ao trabalho é imperioso intensificar a luta de massas contra a política do Governo Soares/Mota Pinto, pela sua demissão, por uma nova política que sirva os interesses nacionais e os trabalhadores portugueses.

A «integração» na CEE é uma operação à beira de falhar. Só falhará em absoluto e definitivamente se correremos a tempo com o Governo PS/PSD, se soubermos aproveitar as condições favoráveis para impedir e viabilizar uma alternativa democrática.

Em memória de Hiroshima para que Hiroshima nunca mais

Há 39 anos, dia 6 de Agosto, um bombardeiro norte-americano lançou sobre Hiroshima a primeira bomba atómica. Mais de uma centena de milhares de vítimas foi o balanço imediato do massacre. Mas ainda hoje milhares de pessoas sofrem as consequências do que justamente foi considerado como um crime contra a humanidade.

Esta data, assinalada em todo o mundo, também é comemorada em Portugal. Para que não esqueça.

Por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação, do Movimento Não às Armas Nucleares, da Comissão de Paz de Lisboa e da Comissão de Jovens da União dos Sindicatos de Lisboa, realizou-se no Rossio

uma iniciativa alusiva à data que incluiu uma exposição fotográfica sobre Hiroshima, uma banca para distribuição de documentos e ainda a actuação de um grupo de teatro, passagem de filmes e um diaporama sobre a Paz.

PCP

Ângelo Veloso no Congresso da ZANU-FP

Partiu na segunda-feira para Harare, República do Zimbábue, o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC do PCP, que repre-

sentará o nosso Partido no II Congresso da ZANU-FP que decorre naquela cidade de 8 a 12 de Agosto.

Camarada falecido

José Manuel Marques

Em resultado de um brutal acidente de viação ocorrido no passado dia 27 de Julho, quando se dirigia para uma reunião na Federação sindical do sector têxtil no Porto, faleceu o camarada José Manuel Moraes Marques, presidente da direcção do Sindicato Têxtil de Braga e destacado militante do Partido.

Com 37 anos o camarada José Marques morreu como viveu: a trabalhar em prol da defesa dos interesses dos trabalhadores.

Dedicando toda a sua vida a esse objectivo José Marques era dirigente sindical desde 1974. Posteriormente foi eleito para os corpos gerentes da secção de Delães do Sindicato Têxtil, vindo em 1978 a pertencer à direcção do sindicato, cargo para que foi sucessiva-

mente reeleito em 1981 e 1984.

O nosso camarada era ainda membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, do Secretariado da União dos Sindicatos de Braga e da Comissão Executiva do Secretariado da Federação do Sector Têxtil. Recorde-se que ele foi um dos «17 da TMG», expressão pela qual se tornaram conhecidos os 17 trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves ilegalmente despedidos daquela empresa pela sua posição firme contra a desintervenção estatal e a política de recuperação capitalista.

Entretanto, a DOR Minho do PCP nun telegrama enviado à família do malogrado camarada afirma a dado passo que o seu «exemplo de dedicação à causa da libertação dos trabalhadores e de defesa do Portugal de Abril permanecerá vivo na

memória dos comunistas, dos democratas, de todos os trabalhadores».

Aos familiares do nosso camarada o colectivo do «Avante!», exprimindo o sentir de todo o Partido, apresenta as mais sentidas condolências.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725/769722

No 10.º aniversário da revolução de Abril, a presente edição constitui um documento essencial para a compreensão da evolução da situação nacional, designadamente desde 1979 (ano da realização do IX Congresso do PCP), das responsabilidades da política de direita pela gravíssima situação em que o país se encontra, da necessidade, urgência e possibilidade de uma alternativa democrática que garanta a saída da crise, com a defesa das conquistas de Abril, a consolidação do regime democrático e a salvaguarda da independência nacional.

DISTRIBUIÇÃO: CGL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 23561

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908/699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57.4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 300044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 776936/776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Julho: 41 925

PCP



Iniciada há cerca de um mês, a campanha dos 60 mil contos para a compra do Centro de Trabalho Vitória já atingiu mais de 5000 contos.

Os resultados são ainda diferentes de sector para sector. Mas já em todos os sectores se definiram metas e os mais atrasados ganham a dinâmica de campanha e discutem medidas para recuperar o atraso.

A compra do Vitória é um importante acto político que justifica plenamente o encargo financeiro e está a suscitar o entusiasmo dos camaradas. Há que encontrar as formas práticas de organizar o trabalho que esse entusiasmo justifica.

Não perder uma oportunidade, planificar os contactos, realizá-los, são tarefas

prioritárias para cada organismo e cada camarada. Muitos contactos foram realizados e alguns deram origem a ofertas de centenas de contos cada (*). Concentrar esforços neste mês de Agosto para grandes entregas é objectivo a ter em conta.

Cada organização, cada camarada, dispõem para já dos seguintes materiais de campanha:

- **cartão de compromisso**, através do qual cada camarada ou amigo do Partido se compromete com a quantia que vai oferecer num determinado prazo ou em prestações; o cartão deve ser entregue ao próprio e a ficha correspondente fica em poder da organização respectiva;

- **listas numeradas**, através das quais os camaradas registam valores que vão recebendo e que se aconselha que circulem abertamente nos locais de trabalho, reuniões, etc.;

- **cupões** que podem ser entregues em troca de um donativo; há cartões de 500, mil, cinco mil e dez mil escudos;

- **Dentro de dias** estarão também em distribuição.

- **rifas** de valor unitário 50 escudos que, sorteadas pelo Natal darão origem a prémios entre os quais um automóvel Citroën de 2 cavalos, um televisor a cores, discos e livros no valor de 30 contos.

Outras formas de participação na campanha vão ser:

- **Sai Sempre** da DORL na Festa do «Avante!» para o qual podem ser entregues objectos de maior ou menor valor;

- **Venda de produtos agrícolas** em data a anunciar;

- **Exposição, venda e leilão de artes plásticas** em fase de organização pelo sector intelectual.

Em cada sector estão a preparar-se iniciativas próprias dos mais variados tipos.

Para criar o espírito de campanha, a propaganda ajudará. Dentro de dias as organizações disporão de um cartaz para colar até à Festa do «Avante!».

Até ao final da campanha, no fim do ano, o «Avante!» dará conta aos seus leitores dos resultados e experiências desta importante iniciativa.

(* Algumas destas ofertas foram de simpatizantes e amigos do Partido.

Serpa tem novo centro de trabalho

Almoço no domingo assinala inauguração

Ele não havia festa ou comício onde não aparecessem camaradas, autocollantes e saco na mão, pedindo um contributo para a campanha de fundos para o Centro de Trabalho. Passados que estão cerca de dois anos sobre o início da campanha os resultados desse esforço e empenho estão à vista: a partir do próximo domingo, dia 12, a vila de Serpa, os comunistas e os democratas do concelho, passam a dispor

de um novo Centro de Trabalho do PCP.

Esta nova Casa do Partido situa-se na Rua S. Pedro, n.º 53 e a sua inauguração ficará assinalada com um almoço aberto a todos os interessados, convívio para o qual estão abertas as inscrições.

No decorrer do almoço haverá uma intervenção política a que se seguirá durante a tarde, uma reunião concelhia de quadros.

Reunião de quadros em Estremoz

Cerca de três dezenas de quadros do PCP responsáveis pelos diversos organismos no concelho de Estremoz estiveram recentemente reunidos na freguesia da Glória para fazer o balanço do trabalho realizado durante o primeiro semestre do presente ano e apontar as perspectivas quanto ao trabalho futuro.

Dinis Miranda, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, foi também discutida a situação política nacional e as alternativas que se colocam para defender as liberdades, a Reforma Agrária e as restantes conquistas de Abril, processo que terá de passar inevitavelmente pela demissão do Governo e pela formação de um governo democrático de salvação nacional.

Durante a reunião a que esteve presente o camara-



Festa do Mar anima Matosinhos

Comício no domingo

Com um rico e variado programa concebido para satisfazer os mais diversos gostos, tem início já no próximo sábado, prolongando-se até domingo, mais uma edição da Festa do Mar.



A iniciativa desta realização cabe à Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP e o local escolhido situa-se na Quinta de Santiago.

A abertura da festa está prevista para a noite de sábado com uma sessão de fados e jogos populares. Domingo de manhã, como é habitual, a atenção virá-se para os mais pequenos que terão oportunidade de ouvir canções por José Luis

Guimarães e de participar em vários jogos; à tarde, haverá espectáculo com

Samuel e o conjunto «Resistência».

Entre os muitos petiscos que o visitante ali poderá encontrar e que, segundo nos informam, ninguém deve de modo nenhum perder, contam-se a «caldeirada de Matosinhos» e a «amêijoas de Anjeiras».

Para a juventude, com a promessa de muita música e de boa qualidade, estará em funcionamento uma discoteca.

A componente política da Festa do Mar está prevista para domingo à tarde com uma intervenção de Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC.

Festa da Amizade em S. Domingos da Serra

S. Domingos da Serra, freguesia do concelho de Santiago do Cacém, estará em festa já nos próximos sábado e domingo, dias 11 e 12. A iniciativa partiu da Comissão de Freguesia do PCP, a festa dá pelo nome de «Festa da Amizade» e tem um aliciente programa como adiante se verá:

populares; 16 h. — baile; 20.30 h. — intervenção política; 21.30 h. — presença do

fado com Fernando Fariña; 22.30 h. — continuação do baile.



Sábado

15 horas — abertura com foguetes; 15.30 h. — jogos populares; 19 h. — tarde popular com o grupo coral Casa do Povo de Alvalade e Grupo Três Gémeos; 21 h. — baile.

Domingo

9.00 horas — alvorada com foguetes; 14 h. — jogos



Piquenique na Baixa da Banheira

A comissão Concelhia da Moita do PCP vai promover no próximo domingo, no âmbito de uma acção de divulgação da Festa do «Avante!», uma festa-convívio na Baixa da Banheira.

«Fonte das Ratas», junto à rua da Amizade, frente à fábrica do pão, a jornada de confraternização tem início de manhã com jogos populares (atenção para o jogo de futebol entre solteiros e casados) a que se seguirá um piquenique.

A anteceder o comício de encerramento pelas 20 horas, que contará com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política e director do nosso jornal, haverá música de intervenção com o «Grupo Cantares» e corais alentejanos.

A decorrer durante todo o dia nos terrenos anexos da

Nacional

Assembleia dos Povos do Parque da Peneda/Gerês

No dia 29 de Julho, realizou-se em S. João do Campo, Terras de Bouro, a Assembleia dos Povos do Parque Nacional da Peneda/Gerês. Nela participaram representantes das Juntas e Assembleias de Freguesia da área do Parque Nacional, associações culturais, recreativas e desportivas, casas do povo, conselhos directivos de baldios, organizações de defesa da natureza e do meio ambiente, representações do Grupo Parlamentar do PCP (José Manuel Mendes) e do Movimento Ecologista Português «Os Verdes» (António Gonzalez), assim como especialistas vindos de Lisboa, Coimbra, Porto e Braga.

Esteve presente a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo que representou o Presidente da República, tendo-se feito representar também a direcção do Parque Nacional e a Electricidade de Portugal.

De realçar é o facto de a iniciativa da Associação Recreativa e Cultura de S. João do Campo, que organizou esta Assembleia, ter conseguido pela primeira vez sentar à mesa todas as partes interessadas no problema do Parque Nacional da Peneda/Gerês e dos seus habitantes.

A assembleia, como conclusões finais, aprovou um docu-

mento reivindicativo, onde se destacam:

- **Maior apoio à agricultura** da região, na base de um estudo de novas culturas, novas técnicas de cultura agrícola, apoio ao investimento, apoio técnico eficaz, escoamento de produtos, garantia de preços compensatórios, linhas de crédito especial para a região, fornecimento de sementes e maquinaria, selecção de gado, controlo sanitário, criação de uma marca de queijo e manteiga da região, incentivação da apicultura, etc.

- **Entre outras reivindicações**, destacam-se as melhorias na **habitação**, na **saúde**, no **turismo**, como formas de desenvolvimento na área do Parque Nacional.

Para o desenvolvimento do turismo, foram propostas a construção de parques de campismo (no concelho de Montalegre, em S. João do Campo), a construção de casas de repouso, a incentivação ao turismo de habitação, a criação de percursos guiados através do Parque, o aproveitamento das barragens para a prática desportiva, a criação de museus para recolha de testemunhos, a realização de uma feira anual do mel da região e exposição anual do artesanato

da região e promoção da gastronomia.

- **No sector do ensino e cultura**, foram assinaladas deficiências, que começam na falta de escolas primárias e secundárias levando ao fracasso escolar e ao abandono precoce dos estudos por parte de crianças que têm de palmilhar quilómetros para ir à escola. Foram focados os problemas alimentares e de alcoolismo que levam ao fracasso escolar na escola de S. Lourenço de Cabril (Montalegre); no ano lectivo de 83/84 nenhum dos alunos passou de classe.

- **Foram feitas comunicações** sobre a fauna e a flora da região, que se encontram ameaçadas.
- **Foi reivindicado maior apoio do Governo e das Câmaras** às Juntas e Assembleias de Freguesia e maior responsabilização destas perante o problema do Parque e das suas populações.

- **Foi exigido pela Assembleia** um melhor funcionamento dos órgãos da direcção do Parque Nacional, nomeadamente dos que constam do capítulo II, artigo 6.º, do decreto-lei n.º 519-C/79, de 28 de Dezembro.

A assembleia elegeu o Conselho Permanente da Assembleia dos Povos do Parque Nacional da Peneda/Gerês, que terá como objectivos manter os elos de ligação e a animação das populações na defesa dos seus interesses de uma forma organizada, assim como a preparação da 2.ª Assembleia, num prazo de três ou quatro anos.

A assembleia aprovou ainda uma moção em que responsabiliza o Governo e o Poder Central pela situação caótica e atraso da região, exigindo medidas imediatas e eficazes que alterem a situação, tendo em conta as linhas apontadas pela Assembleia.



Lei de segurança repudiada em Évora

Recentemente reunidos no Palácio D. Manuel, em Évora, cerca de duas centenas de dirigentes, delegados e activistas sindicais agrícolas daquele distrito repudiaram a chamada lei de segurança interna e protecção civil apresentada pelo governo liderado por Soares/Mota Pinto.

No entender dos participantes o Governo PS/PSD a pre-

texto da «defesa da democracia» procura fazer passar uma lei «tenebrosa contra os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e do Povo português», visando fundamentalmente a «destruição do regime democrático».

Depois de apelar a todos os trabalhadores, ao movimento sindical unitário, ao poder local

democrático, a todos os «homens, mulheres e jovens que amam o Portugal de Abril» para que unam os seus esforços em defesa «do regime democrático nascido em 25 de Abril», os dirigentes e activistas sindicais presentes lançaram um apelo ao Presidente da República no sentido de que este não permita a promulgação de tal diploma.

Sesimbra: uma iniciativa «especial»...

Dar um passeio de barco numa costa conhecida pela sua enorme beleza, aportar a uma praia de areias brancas, tomar banho e mergulhar em águas limpas e transparentes e, pela hora do almoço, participar numa «monumental sardinhada» — assim lhe chamam os organizadores — constitui evidentemente uma oportunidade a não perder.

Pois, o convite aqui fica: tudo se passará no próximo domingo e os interessados podem ainda dirigir-se ao Centro de Trabalho do PCP em Sesimbra e inscrever-se para ocupar um lugar no barco e passar, depois, um agradável dia na praia Ribeiro do Cavallo.

A partida, do porto de abrigo de Sesimbra, está prevista para as 8 e 30 da manhã.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

edições **Avante!**

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PCP

Convívio, alegria e combatividade em Sines

Tendo como magnífico cenário o Castelo situado no alto da falésia, cujas seculares muralhas continuam a vigiar todos os movimentos que vêm do lado do mar — hoje na sua maioria navios de grande calado que com a sua presença alteraram radicalmente a fisionomia da região (que o diga a extensa praia de, outrora, areias brancas que a acção do homem tem vindo entretanto a escurecer, tornando-as tristes e cinzentas) — decorreu no último fim-de-semana na vila de Sines, mais uma Festa da Terra e do Mar.

Da iniciativa da Comissão Concelhia de Sines do PCP a Festa deste ano — na sua terceira edição — contou com a participação do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, que interveio no comício de abertura efectuado na noite de sexta-feira.

Durante três dias, num ambiente acolhedor proporcionado quer pelo local (o terreno inter-

rior do Castelo com as suas árvores e relvado) quer pela organização do espaço e pelo bom gosto patente, foi possível oferecer aos milhares de visitantes que ali acorreram (entre os quais muitos estrangeiros) momentos de alegria e animado convívio e um rico e variado programa onde não faltaram, entre outras coisas, a boa música, o teatro e o desporto.

Mesmo em festa a luta não pára

Desporto que, por exemplo, este ano teve um lugar de destaque na programação com a realização de um torneio de futebol de cinco infantil que juntou muitos e entusiastas atletas.

Gente animada

Mas do que nos foi dado observar no primeiro dia de festa permitimo-nos desde já levar ao conhecimento do leitor alguns aspectos que em nosso entender marcaram positivamente a forma como tudo decorreu. O primeiro tem a ver

com o elevado número de pessoas presentes de que é legítimo destacar os jovens. Na sexta-feira, apesar de se estar praticamente no início da Festa, isto mesmo foi visível no comício que encheu o largo situado em frente ao palco.

A segunda nota a realçar prende-se com o estado de espírito, com a disposição de luta e a determinação que animava quantos acorreram ao Castelo. A prová-lo a forma como os presentes acompanharam as intervenções dos oradores, numa demonstração inequívoca de que apesar de ser um

período de férias a luta não pára.

Um terceiro aspecto que certamente não escapou a nenhum dos visitantes constituiu o agradável ambiente, o detalhe, a forma armada de todas as coisas que preenchiu a Festa, sentindo-se em tudo um elevado apuro na execução, um carinho e um brio que não sendo comuns são no entanto vulgares em iniciativas do PCP. Referimo-nos concretamente aos stands, ao palco, às torres, às exposições e por aí fora. Não oferecia dúvidas: tudo fora planeado, organizado e executado até ao mais pe-

queno pormenor em devido tempo; estavam ali a imaginação e o carinho de muitos comunistas e de outros amigos do Partido.

Arte ao vivo

Com uma forte componente de carácter recreativa e cultural a Festa não descurou contudo a presença do trabalho nos seus variados aspectos designadamente nos que dizem respeito à vida na terra e no mar.

Lá estavam, em pavilhões próprios, executando as suas

artes ao vivo, o oleiro, o metalúrgico, o cesteiro, o artesão de joalheria, o operário corticeiro.

Ao visitante foi dada ainda a oportunidade de apreciar outros stands as realizações do Poder Local democrático, o trabalho da célula do PCP de uma grande empresa como a Petrol, a acção da Juventude Comunista (em cujo stand não faltou a presença do vídeo) ou ainda a actividade dos Pioneiros.

Porto de pesca

No decorrer do comício, a antecedendo o discurso do cama-

rada Álvaro Cunhal, usou a palavra Francisco Pacheco em nome da Comissão Organizadora. A palavra saudaria todos os presentes na Festa hoje consagrada à terceira edição, como das maiores iniciativas culturais e recreativas do concelho. Referindo-se a algumas questões mais importantes para o povo de Sines o abordou a construção do canal de carvões recentemente adjudicado por um contrato por mais de oito milhões de contos. A este respeito, lembrou que as obras deviam começar-se a todo o momen-

Intervenção de ALVARO CUNHAL

A continuação do Governo Soares/M. Pinto significa o campo

Mais que tempo para a demissão de Soares/M. Pinto

Falando da situação política nacional, qual a primeira coisa que tem de se dizer?

A primeira coisa a dizer é que já é mais que tempo para que o Governo Soares/M. Pinto vá para a rua.

O seu completo desrespeito pela legalidade e a ordem democrática, a desgraçada situação económica e social a que o Governo conduziu o país, o desastre nacional para que nos arrasta, a subversão completa da vida democrática, a dependência externa e os perigos reais que faz pesar sobre o regime democrático e a independência nacional tornam cada vez mais urgente a demissão de Soares/M. Pinto.

Não há semana alguma em que o Governo não pratique actos tão monstruosos que cada um deles só por si justificaria plenamente a sua demissão.

Permitir que este Governo continue em funções é permitir que ele prossiga a sua obra de liquidação das liberdades e das outras conquistas democráticas, de desastre, de miséria, de fome, de dependência externa.

A continuação do Governo Soares/M. Pinto significa mais salários em atraso, mais degradação do poder de compra, mais alta do custo de vida, mais despedimentos em massa, mais desemprego, mais miséria, mais fome por todo o país.

A continuação do Governo Soares/M. Pinto significa a continuação da sistemática, inconstitucional e completamente ilegal ofensiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, com a entrada ilegal dos capitalistas no capital social dos bancos nacionalizados, com o regabofe da entrega dos sectores rentáveis ao capital privado, com novas leis para darem cobertura à restauração dos monopólios e dos latifúndios, com a liquidação completa das grandes e históricas conquistas democráticas do povo português.

A continuação do Governo Soares/M. Pinto significa cada dia a ruína de milhares de pequenos e médios agricultores e a continuação de falências em série de pequenos e médios comerciantes e industriais.

A continuação do Governo Soares/M. Pinto significa cada dia a entrega ao imperialismo de mais recursos, de mais riquezas, de mais bens nacionais indispensáveis à nossa economia, ao nosso desenvolvimento, ao nosso futuro.

A continuação do Governo Soares/M. Pinto significa mais e mais empréstimos que o Governo proclama como vitórias, mas que constituem grandes e trágicas derrotas para Portugal, porque cada novo empréstimo externo é um novo aperto da corda de enforcado ao pescoço da nossa economia.

A continuação do Governo Soares/M. Pinto significa o prosseguimento da organização de um Estado totalitário e repressivo, com as novas Pides, os serviços de informação política, a ficha devassa da vida do cidadão, a tentativa de levar por diante a chamada «lei de segurança interna» com as escutas telefónicas, as buscas domiciliárias, a violação da correspondência, a proibição arbitrária de manifestações, reuniões e espectáculos, a multiplicação das discriminações, perseguições e acções repressivas.

Em resumo: a continuação do Governo Soares/M. Pinto significa o caminho do completo desastre — para o nosso povo, para a nossa democracia, para a nossa pátria.

Por isso o povo reclama a urgente demissão do Governo. Por isso a luta continua para que Soares/M. Pinto vá para a rua.

A política de restauração monopolista afundamento da economia portuguesa

O Governo vem agora com novo «Plano de Recuperação Financeira e Económica» e procura fazer acreditar que os maus dias e os sacrifícios estão a passar, e que estão para breve os dias radiosos da recuperação económica, do desenvolvimento, do melhoramento das condições de vida dos portugueses.

Mas é absolutamente certo que toda a política que definiu, tanto geral como sectorial, a ser realizada não conduzirá à recuperação económica, mas ao total afundamento da economia portuguesa.

Há dias, mal tinham acabado de dizer que se ia sair do túnel, aumentaram em série os preços. Mal tinham acabado de dizer que a situação económica e financeira estava a melhorar e logo tiveram que anunciar um novo empréstimo e a submissão a imposições do FMI que o mínimo de patriotismo obrigaria a rejeitar firmemente.

Dois palavras sobre o Complexo de Sines

Abordando aqui em Sines a política económica do Governo e a situação económica do País, não podemos deixar de dizer duas palavras sobre o Complexo de Sines.

Tanto o projecto inicial dos Mellos e Bulhosa, como toda a história da sua realização constituem um exemplo clamoroso dos vultuosos e irremediáveis prejuízos que resultam para a economia nacional de uma política económica confiada aos monopólios, à sua gente e aos governos que os servem.

O caso de Sines é um exemplo de colossais gastos inúteis, de esbanjamentos, de erros, precipitações e incompetências pagos com milhões e milhões de contos, de cambalachos, de negociatas, de consumo em pura perda de recursos essenciais para o nosso desenvolvimento e a nossa independência.

O Governo Soares/M. Pinto não só se mostra completamente incapaz de actuar de forma a encontrar as rectifi-

cações possíveis e soluções correctas para os graves problemas existentes, como se demite das suas responsabilidades, deixa às empresas decisões anárquicas, dispendiosas, perdulárias e ruinosas, prossegue a política da «AD» de entrega ao capital privado e ao imperialismo de projectos industriais e deixa que se afundem a CNP e outras empresas em enormíssimos e ruinosos encargos financeiros externos resultantes da política de ofensiva de sucessivos Governos contra as nacionalizações.

Na recente Assembleia de Organização Regional de Setúbal do PCP foram abordados os problemas do Complexo de Sines e o nosso Partido tem adiantado soluções fundamentais para os problemas existentes.

Se se quer que o Complexo se não torne, em vez de um factor de progresso, um peso e um encargo para a economia portuguesa, se se quer que o complexo sirva realmente o povo e o País, impõe-se uma nova política que tenha simultaneamente em conta as necessidades do Complexo nos seus múltiplos elementos (porto, refinaria, petroquímica, Equimetal, EDP, Santo André, transportes) e os justos interesses, direitos e reclamações de Sines, dos seus habitantes e dos seus pescadores, interesses, direitos e reclamações que o Governo tem sistematicamente ignorado, mas que o nosso Partido apoia, defende e defenderá correspondendo à confiança que nele deposita o povo de Sines.

A entrada no Mercado Comum política de desastre

Anunciar como vitórias grandes derrotas de Portugal, tornou-se prática corrente deste Governo antinacional.

O caso da integração de Portugal no Mercado Comum — que há 8 anos é uma história de pedinchices, de promessas, de portas-na-cara, de datas anunciadas e desmentidas, de falsas promessas e de vigarices da opinião pública — é dos mais esclarecedores exemplos de como M. Soares e o actual Governo sacrificam os interesses nacionais e designadamente a economia portuguesa aos objectivos políticos da restauração dos monopólios fascistas.

A entrada de Portugal está muito longe de ser concretizada. E nem a visita de Mitterrand, nem a de Thatcher, em socorro de Soares, alteraram seja o que for ao fundo do problema.

Agora, para M. Soares, já nem se trata de alcançar uma integração real. Trata-se de conseguir que aceite a integração em princípio, apenas para tentar tapar toda a história da estrondosa derrota da sua «prioridade das prioridades», arvorando a bandeira da entrada final, embora simbólica e fictícia.

Todos os perigos desta operação permanecem porém. Permanece o perigo do pretexto para a restauração dos monopólios.

E permanece o perigo de que passos que se dêem para uma real integração económica sejam desastrosos golpes na economia nacional.

Porque os serviços pagam-se. E M. Soares mostra-se disposto a pagar o serviço político de uma declaração da integração de Portugal, com o sacrifício dos interesses portugueses aos interesses dos países do Mercado Comum.

M. Soares está disposto a sacrificar os têxteis portugueses. Está disposto a sacrificar os vinhos portugueses. Está disposto a sacrificar as pescas, as conservas, o tomate.

Está disposto a entregar o urânio português. Está disposto a liquidar definitivamente a marinha mercante nacional.

Está disposto a sacrificar os planos nacionais de desenvolvimento.

Está disposto a impor salários de miséria aos trabalhadores portugueses para que os capitalistas do Mercado Comum acorram a Portugal em busca de altos lucros.

Está disposto a permitir que os capitalistas estrangeiros retirem rapidamente os investimentos através de lucros alcançados com a exploração do trabalho e dos recursos portugueses.

Está disposto a legalizar directamente ou a legalizar os esquemas indirectos necessários à fuga em massa de capitais para bancos estrangeiros.

Está mesmo disposto a aceitar (contra os princípios básicos do Mercado Comum) limitações à emigração dos trabalhadores portugueses.

A integração no Mercado Comum não só não serve a Portugal como seria uma catástrofe para a nossa economia e a nossa independência. É necessário continuar a batalha contra a integração no Mercado Comum e ganhar para essa batalha todos aqueles que ainda hoje não têm consciência da ruína e da miséria que, a eles próprios, traria a integração.

Soares/M. Pinto contra a democracia

Nós dizemos e provamos que o Governo Mário Soares/M. Pinto, prossequindo o objectivo da restauração dos monopólios fascistas, não só intensifica a ofensiva contra (as conquistas da revolução na esfera das estruturas socioeconómicas e na esfera social (nacionalizações, Reforma Agrária, direitos dos trabalhadores), como desencadeou um ataque frontal contra as liberdades e direitos dos cidadãos, contra a democracia política, contra o regime democrático.

Mário Soares, que se dizia democrata utiliza agora o Poder contra a democracia.

É plenamente exacto dizer, conforme temos dito, que Mário Soares, como Primeiro-Ministro, é actualmente o líder do processo contra-revolucionário.

Para justificar por exemplo a sua estreita amizade com o CDS (em cujo aniversário foi muito cordialmente participar)

afirmou que o CDS e a reacção se integraram na Democracia. Mas a verdade é que não foi a reacção que se integrou na Democracia, mas M. Soares que se integrou na reacção.

A ofensiva destruidora contra o Poder Local democrático, com o objectivo de acabar por liquidar a democracia do Poder Local e tornar de novo as autarquias um instrumento da política governamental, é um dos aspectos mais significativos e esclarecedores dessa política.

Os planos antidemocráticos e repressivos e a mentalidade fascizante que hoje inspira o Governo aparecem em toda a sua sinistra hediondez na tentativa de organização de um Estado totalitário e repressivo — de que são revoltantes instrumentos as leis sobre os serviços de informação, sobre o uso da informática e a ficha do cidadão e sobre a segurança interna.

Estas leis têm uma tão nítida marca fascista que provocaram um vastíssimo e indignado protesto na opinião pública. Contra elas se pronunciam os mais variados sectores democráticos. A vaga de indignação e protesto foi tão forte que nos próprios partidos do Governo acabaram por se levantar vozes discordantes. Foi tão forte que o próprio ministro Eduardo Pereira a quem cabia defender na Assembleia da República o projecto da «lei de segurança interna», eclipsou-se para os Estados Unidos na precisa altura em que deveria estar presente.

Que foi o sr. Eduardo Pereira fazer aos Estados Unidos? Consultar o sr. Carlucci nos assuntos da sua especialidade: acerca dos serviços de informação, da ficha do cidadão, das escutas telefónicas, na violação da correspondência?

De qualquer forma o Governo não conseguiu antes de férias, como pretendia, ter a lei pronta a entrar em vigor. Conseguiu é certo impor a aprovação na generalidade. Mas até ser finalmente aprovada e até poder entrar em vigor ainda muitas coisas se passaram no nosso País.

Trata-se de uma real derrota no plano do Governo de formar um Estado totalitário e repressivo. Trata-se de uma importante vitória das forças da democracia.

Uma coisa é certa. O Povo não quer novas Pides. Não quer CIAS em Portugal. Não quer que qualquer governo tenha poderes arbitrários, ditatoriais e repressivos como pretende ter o dr. Mário Soares.

E por isso a luta continua. E continua com a confiança em que a lei de Segurança Interna não passará e em que o Povo conseguirá com a luta defender as liberdades e direitos dos cidadãos, defender e prosseguir Portugal de Abril.

O caso da Mútua dos Pescadores

Um exemplo (bem conhecido dos pescadores de Sines) da grosseira violação dos mais elementares princípios democráticos pelo Governo Soares/Mota Pinto é o que se tem passado e está a passar com a Mútua dos Pescadores.

Todos nos lembramos que em 25 de Março houve eleições. Mas quando a lista B (ligada aos grandes armadores da ANAPA e apoiada pelo Governo e pelos divisionistas da UGT) viu que tinha perdido as eleições, armou grande arruaça e fez intervir a PSP, impedindo o apuramento dos resultados.

Depois foi a série de ilegalidades e violências. A nomeação de uma Comissão Administrativa. Os dois cercos da Voz do Operário pela polícia impedindo a realização de assembleias gerais. E, quando em 6 de Maio a lista A foi finalmente eleita e tomou posse, a ocupação policial das instalações da Mútua e a sua entrega à Comissão Administrativa.

E agora?

No dia 29 de Julho realizaram-se novas eleições.

A consciência e a vontade dos pescadores é tanta que apesar das irregularidades, ilegalidades e fraudes, a lista A (faltando apenas apurar as mesas de Lisboa, do Pico e do Faial) ganhou nitidamente as eleições com um total de 3785 votos contra 3285 da lista B, ao serviço dos grandes armadores e do Governo.

Trata-se de uma grande vitória pela qual felicitamos os pescadores.

Estará assim finalmente a questão resolvida fazendo a vontade dos pescadores democraticamente expressa?

Não, ainda não está resolvida e a luta tem que continuar para que o Governo não impeça que o resultado das eleições seja respeitado.

Infelizmente não é único este exemplo de acção do Governo contra os trabalhadores, do seu completo desrespeito pelas mais elementares regras democráticas, da utilização do arbítrio, da fraude e da repressão, para impor decisões totalitárias. Neste caso, como em centenas de outros casos, como na vida política do País, as forças do Governo, quando ganham eleições impõem, em nome da vitória eleitoral, métodos antidemocráticos, ditatoriais e totalitários, mas, quando perdem as eleições, não recuam perante quaisquer processos para impedir que se concretize a vitória eleitoral dos adversários.

Mas o Povo português não se curva ante métodos fascistas ou fascizantes. Se o Governo for por diante no seu plano, não respeitará a vitória dos pescadores e saltará brutalmente por cima da vontade dos pescadores para lhes roubar a Mútua, os pescadores continuarão corajosamente a luta até que a frente da Mútua esteja uma direcção da sua escolha e da sua confiança.

A provocação, arma da reacção e do Governo

Um dos aspectos mais importantes da política antidemocrática do Governo, do seu abuso do poder, da sua acção contra as liberdades e direitos dos cidadãos é o uso cres-

cente da provocação, que tem como um dos seus instrumentos principais as mentiras e as calúnias mais vis e mais descaradas.

A provocação contra o nosso Partido adquiriu nos últimos tempos formas novas com a publicação em vários jornais fascistas e outros que não o são, de artigos e artigos assinados por indivíduos que em tempos passaram pelo interior do Partido e que depois ou traíram na polícia, ou passaram de ser informadores e provocadores profissionais, ou desistiram e reorganizaram as suas vidas passando a ser secretários e defensores dos interesses do capitalismo e da reacção.

As mentiras e as calúnias são tais e tão envolvidas que as informações com aparência de objectivas que alguns meios de comunicação têm perguntado por que não lhes respondemos de assumimos os sujeitos e sujeitas ao tribunal.

Não há uma coisa que o que eles queriam para conpararmos a ampliar a provocação.

E há mais duas coisas a dizer.

A primeira é que as calúnias e mentiras são tantas e tantas, que se fôssemos a desmentir-las, todas as colunas de «Avante!» não chegariam semanalmente.

A segunda coisa a dizer é que o Partido não pode e não deve estabelecer polémica com traidores e provocadores que foram em tal ou tal momento membros do Partido e em se degradaram política e moralmente e que hoje colagem estreitamente com ex-Pides e outros profissionais da actividade anticomunista.

Sabe-se que o lixo se junta nas lixeiras. O Povo e o «-Ministro e alguns jornais que se dizem democráticos seja a ilustram certamente quando vão arrancar às lixeiras as notícias contra o PCP.

Que sujem eles as mãos, que aliás já não estão limpas. É lá com eles.

Não seremos nós que, polemizando com provocadores, sujaremos as nossas.

Política de Soares — instrumento dos Estados Unidos

Nós dizemos e provamos que o Governo Soares/Mota Pinto, como pagamento do apoio do imperialismo português manter o poder, faz gravíssimas concessões económicas, diplomáticas, políticas e militares ao imperialismo, particularmente ao imperialismo norte-americano.

Nós acusamos o Governo Soares/Mota Pinto de cometer a política externa portuguesa aos interesses e interesses da estratégia do imperialismo norte-americano, de Portugal uma base e um instrumento dos Estados Unidos, de comprometer gravemente a independência nacional.

Agora já nem sequer disfarça. Não se vislumbra mais a política externa de Mário Soares o mínimo de brio nacional. É uma capitulação sem vergonha ante os americanos. É uma participação na conspiração imperialista nas zonas nevadas do mundo (na América Central, na África Austral, no Oriente). É a visita a Portugal e a recepção de Mário Soares ao chefe do apartheid Botha, ao sangrento ditador de Portugal, Napoleão Duarte, ao traidor e contra-revolucionário de Nicarágua, Pastora. É também essa escandalosa e ilegítima viagem (que custou dezenas de milhares de contos) para a Sul, essa visita de amizade à ditadura fascista existente, sob pretexto de conseguir investimentos para Portugal, quando a verdade é que, em vez de buscar fosse o que fosse de útil para Portugal, foi para como prenda do Governo português, aos ferozes representantes americanos na Coreia, a participação portuguesa no empréstimo de 7,4 milhões de contos, empréstimo que prioritavelmente será inscrito no «crédito mal parado» e não será pago, pois a Coreia do Sul tem uma das maiores dívidas externas do mundo e está praticamente insolvente.

É urgente acabar com a vergonha nacional que constitui a política externa de Mário Soares/Mota Pinto.

É urgente impedir que se afunde a independência nacional.

Por essa razão também é urgente a demissão do Governo.

O direito de Timor-Leste à independência e o plano do Governo para a entrega à Indonésia

Um exemplo gritante da submissão da política do Governo M. Soares/M. Pinto aos interesses do imperialismo português, a sua actividade e os seus planos em relação a Timor-Leste.

Os meios de comunicação social têm nas últimas semanas dado abundantes notícias a este respeito. E o Primeiro-Ministro comunicou também alguma coisa na entrevista dada no dia 17 de Julho com a Comissão Eventual da Assembleia da República para Timor-Leste.

Que se passa então? Sabe-se que Timor-Leste, antiga colónia portuguesa (num complicado processo cuja história não cabe aqui) foi invadido e ocupado em Dezembro de 1975, pelas forças do governo fascista da Indonésia, com o manifesto apoio do governo dos Estados Unidos.

Desde então todas as informações coincidem em apontar elementos fundamentais.

O primeiro: que os fascistas indonésios que, no seu próprio país, quando deram o golpe militar, assassinaram um milhão de comunistas (repto, camaradas, porque por não receber inaceitável: meio milhão de comunistas) têm vindo de toda a espécie de violências, atrocidades, assassinatos em massa, um verdadeiro genocídio do povo de Timor-Leste.

O segundo: que o povo de Timor-Leste, o povo heróico, sob a direcção da Fretilin, trava uma luta heróica contra o invasor e ocupante.

que a central termoelectrica da EDP está prestes a concluir-se e sem carvão ela não poderá funcionar.

Uma eventual inactividade da central eléctrica por falta de combustível — situação que acarretaria para o País um prejuízo diário de 7500 contos — foi veementemente denunciada por Francisco Pacheco para quem o Governo é o único responsável já que se «prestou a interesses de grupos capitalistas nacionais e estrangeiros adiando sempre a adjudicação do terminal portuário, eliminando e seleccionando concorrentes».

Depois de afirmar que nesta fase do complexo industrial não é mais possível adiar a construção do porto de pesca

de Sines o militante comunista frisou ser hoje uma exigência de toda a população que «conjuntamente com o terminal portuário, seja provisório, de emergência ou definitivo para a descarga do carvão, seja também adjudicada a construção do porto de pesca de Sines».

Terminado o comício foi a vez de dar início às actividades culturais com a representação de uma peça pelo «Teatro Amador de Sines» a que se seguiu um baile animado pelo grupo «Anglia».

No sábado e domingo o programa dividiu-se entre colóquios, cantares alentejanos, ranchos folclóricos, uma tarde infantil, música popular, fado e, a terminar, um concerto com os UHF.



De vigia no alto da falésia sobre o mar o Castelo de Sines emprestou à Festa do Mar um ambiente de rara harmonia e beleza; à esquerda, pormenor da visita da camarada Alvaro Cunhal aos pavilhões que preenchem o espaço da Festa; em cima, uma vista, tirada do lado do mar, da parte velha da vila; em baixo, o Centro de Trabalho do Partido, situado mesmo em frente das seculares muralhas do Castelo



...nio do completo desastre

Nesta questão, Portugal e o Governo português têm obrigações especiais. Elas decorrem da Constituição da República que, no artigo 297, estabelece que «Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste».

Elas decorrem também de que, à face da ONU, a cujo secretário-geral cabe a resolução da situação, Portugal é potência administrante.

Daqui resulta para o Governo português a obrigação inalienável de desenvolver todos os seus esforços no sentido de assegurar os direitos do povo maubere.

Não é isso porém que o Governo de Mário Soares está preparando.

O que o Governo de Mário Soares está preparando é o reconhecimento da anexação de Timor-Leste pela Indonésia, a entrega de Timor-Leste à Indonésia abandonando o povo maubere ao massacre pelas tropas fascistas indonésias.

Quando o Governo diz que encara negociar com a Indonésia o reconhecimento da anexação de Timor-Leste com um estatuto de autonomia tal como é reconhecida pelo Estado indonésio, o que significa isto?

Isto significa um logro para tapar o crime.

Isto significa a admissão pura e simples da anexação, da liquidação da entidade nacional do povo timorense, uma vez que a citada autonomia é uma autonomia administrativa ou jurídica, não seja a real e completa integração como simples província da Indonésia.

Quando o Primeiro-Ministro diz que pretende para Timor-Leste uma solução idêntica à acordada entre a União Indiana e Portugal no caso de Goa, o que significa isto?

Isto significa que o Primeiro-Ministro pretende confundir o caso de Goa (em que o povo goês, apesar da sua especificidade, faz indubitavelmente parte do grande povo indiano) com o caso de Timor-Leste (em que o povo maubere é um povo completamente distinto dos povos da Indonésia).

E quando o Primeiro-Ministro informa a Comissão Executiva da Assembleia da República que o Governo tem «dois projectos para resolver os problemas dos refugiados», o que o projecto significa isto?

Significa a cínica consumação da traição aos deveres imperiosos de defender o povo maubere: por um lado colaborar activamente na legalização do massacre do povo maubere, por outro lado oferecer refúgio aos sobreviventes. É impossível mais revoltante duplicidade.

Acusando o Governo Mário Soares/M. Pinto deste sinistro plano, o PCP sublinha que a legalidade constitucional, a honra e a palavra nacionais, e o respeito pelos direitos humanos exigem que o Governo português desenvolva a sua acção diplomática e política (designadamente com a Indonésia e a Austrália) com vistas a cumprir as suas obrigações para com o povo maubere, tendo sempre como objectivo assegurar a autodeterminação e a independência.

O destino dos povos não pode ser negociado contra a sua própria vontade.

O PCP insiste em que **nenhumas negociações podem legitimamente decidir do futuro de Timor-Leste sem a participação do próprio povo de Timor-Leste e dos seus legítimos representantes, ou seja, a Fretilin — força política que sem contestação conduz corajosamente a resistência contra o ocupante.**

Tal como sempre estivemos ao lado da luta de libertação do povo de Angola, do povo de Moçambique, do povo da Guiné-Bissau, do povo de Cabo Verde, do povo de S. Tomé e Príncipe, assim estamos hoje ao lado do povo de Timor-Leste.

Estamos absolutamente certos de que **assim, não só cumprimos os nossos deveres de solidariedade internacionalista, como expressamos a consciência e a honra nacionais de Portugal.**

Pode dizer-se com sólido fundamento que as condições objectivas estão maduras para a demissão do Governo e para uma alternativa democrática.

No ponto de vista de condições objectivas, pode afirmar-se que **estamos a atravessar uma conjuntura ideal para a viabilização de uma alternativa democrática.**

Tudo depende apenas de algumas condições subjectivas, entre as quais a determinante é a compreensão da situação real que o País atravessa, a consciência política e patriótica da urgência da alternativa e a determinação política e organizativa para viabilizar a curto prazo uma solução institucional.

O próprio Governo tem consciência de que a sua existência está presa por um fio e que se aproxima a hora da verdade.

O Governo tem medo e cada um dos seus actos é um sintoma de medo.

Quando o Governo Soares/M. Pinto procura à pressa limitar as liberdades e constituir um Estado totalitário e repressivo, é isso uma prova de confiança, ou uma prova de isolamento e de medo?

Não é necessária larga reflexão para concluir que é uma prova de medo e quase de medo pânico.

Não há melhor altura para derrotar um adversário do que quando ele tem medo e quando o medo o leva a tomar medidas insensatas de defesa.

Por tudo isso insistimos em que se torna cada vez mais urgente a demissão do Governo Soares/M. Pinto, e que uma alternativa democrática está plenamente ao alcance das forças da democracia, desde que todos se decidam finalmente a convergir na sua acção e a andar depressa.

Razões do barulho sobre as eleições presidenciais

Não é por acaso que, nos últimos tempos, a reacção voltou a fazer grande barulho em torno das eleições presidenciais, que devem ter lugar em Dezembro de 1985.

É o Freitas do Amaral que diz desistir de apresentar a sua candidatura. É o Soares e os seus cortesãos que falam em prazos. É Jardim e Mota Amaral que desapoiam Soares. São uns a propugnar um candidato civil e a falar em tais e tais nomes. São outros a propugnar um candidato militar e a falarem também em A, em B e em C. Dir-se-ia estamos já nas vésperas das eleições presidenciais.

O que se pretende com toda esta nova barulheira?

Pretende-se, em primeiro lugar, fazer crer que a demissão do Governo não se colocará até às eleições presidenciais.

Pretende-se, em segundo lugar, criar a ideia de que as eleições presidenciais de 1985 constituirão a primeira grande batalha eleitoral respeitante aos órgãos de soberania e que, portanto, nem sequer se põe a hipótese de eleições legislativas antecipadas por motivo de dissolução da Assembleia da República.

Infelizmente, além da reacção, há também certos sectores de democratas e patriotas que parece não terem pressa na demissão do Governo e admitem que o melhor momento para a demissão do Governo seria a altura das eleições presidenciais.

Esta ideia é errada e perigosa. A questão não pode nem deve dar colocada nesses termos.

A urgência da demissão do Governo — imperativo nacional

O Povo português não pode esperar as eleições presidenciais (marcadas em princípio para fins de 1985) para que então seja demitido o Governo.

Cada dia que passa é assinalado pelo Governo por novas medidas no caminho contra-revolucionário da destruição e do desastre.

A demissão do Governo Soares/M. Pinto é urgente. Por toda a parte o povo reclama a demissão do Governo o mais rapidamente possível.

E àqueles democratas que pensam que todos esses males se poderiam recuperar com uma vitória democrática nas eleições presidenciais e a formação então de novo governo, nós dizemos que essa ideia traduz novas e perigosíssimas ilusões.

Porque a coligação dominante não dorme. Sentindo que o seu fim se aproxima está desde já tomando medidas anti-democráticas e não deixará de tomar outras para tentar cortar o passo a qualquer alternativa.

É nesse sentido que prepara novas leis para liquidar ou limitar as liberdades.

É nesse sentido que prepara novas leis eleitorais que liquidariam a representação proporcional, que reduziriam as eleições para a Assembleia da República a verdadeiras mascaradas do tipo salazarista ou marcellista, assegurando a continuação no poder de governos reaccionários, mesmo contra a vontade da maioria dos portugueses.

É nesse sentido que se desenvolve uma campanha a favor de um sistema de voto nas eleições presidenciais que daria de facto a milhões de norte-americanos e outros estrangeiros descendentes de portugueses a decisão (que só ao Povo português pertence) de escolher o Presidente da República.

Por tudo isso, adiar para as eleições presidenciais a resolução do problema do Governo seria não preparar a vitória mas preparar a derrota.

O PCP sempre esteve pronto e continua a estar pronto para contribuir, com todos os outros democratas e patriotas, para tornar possível e viabilizar uma alternativa democrática.

Mas para deixar que prossiga a contra-revolução, para depois de tudo destruído participar no enterro

e na oração fúnebre das conquistas de Abril — ninguém conte com o PCP.

A demissão do Governo não é um objectivo para depois da destruição da democracia e das suas conquistas, mas para antes da realização dos sinistros planos da contra-revolução, agora liderada por Soares/M. Pinto e o seu Governo.

Por isso a luta continua para que Soares/M. Pinto vão para a rua. E por isso confiamos em que irão para a rua, e mais depressa do que eles afirmam e pensam.

Possibilidade de eleições antecipadas

As eleições presidenciais não serão a primeira grande batalha eleitoral que temos pela frente.

Temos antes, por força das leis em vigor, as eleições para as autarquias.

E, segundo a análise que fazemos da evolução da situação nacional, temos de admitir que antes das eleições presidenciais poderão ter lugar eleições para a Assembleia da República.

De facto colocando-se a demissão do Governo o mais rapidamente possível e a formação de um governo que respeite e faça respeitar a legalidade democrática e confiando que este objectivo será alcançado, isso significa que será extraordinariamente difícil para não dizer praticamente impossível manter em funções a Assembleia da República com a actual composição.

Isto é: não só é necessário como torna-se cada vez mais possível, provável e quase inevitável a realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República antes das eleições presidenciais.

E esta perspectiva exige que não se deixe passar o tempo sem definir as orientações e as medidas necessárias para essa nova grande batalha política que se aproxima.

Demissão do Governo e eleições presidenciais

Mesmo em relação às eleições presidenciais, é completamente errada a opinião segundo a qual uma vitória democrática nas eleições presidenciais seria o melhor caminho para a constituição de um governo democrático. A nossa opinião (difícilmente contestável) é que, precisamente ao contrário, é a demissão do Governo Soares/Mota Pinto e a formação de um governo que dê garantias de respeito pela legalidade constitucional o caminho mais seguro para a derrota da reacção e a vitória da democracia nas eleições presidenciais.

«Utilidade» e limitações do «novo partido»

A demissão do Governo, a formação de um novo governo e a perspectiva de futuras eleições põem com toda a agudeza e actualidade dois grandes problemas.

O primeiro é o do quadro partidário existente e a quase certa mudança que sofrerá com a formação de novos partidos.

O segundo é o papel que num novo quadro partidário necessariamente caberá ao PCP para a derrota da política actual, para a defesa da democracia e para uma alternativa democrática.

Quanto à mudança do quadro partidário, o nosso Partido, na base de uma análise da situação política e social, de há muito chegou à conclusão de que existe um vastíssimo campo social abrangendo grande parte dos que votaram no PS e no PSD, profundamente descontente com a política actual, que não se reconhece actualmente em nenhum dos partidos existentes e que oferece assim base bastante para a formação de um novo ou de novos partidos democráticos, com sólidas possibilidades de largo apoio político e eleitoral.

A evolução da situação tem confirmado que esta análise do nosso Partido era e é inteiramente justa. Conforme é do conhecimento geral estão em andamento iniciativas de certos sectores políticos que podem, num prazo relativamente curto, transformar a perspectiva numa realidade.

Tal modificação do quadro partidário pode, com grande grau de probabilidades, tornar-se um dos factores favoráveis e até determinantes.

Mas seria um erro profundo pensar que um novo partido democrático que apareça será o partido que sozinho estará em condições de assegurar uma alternativa democrática.

Poderá com grande grau de probabilidades ser um partido útil. Mas nunca poderá ser «partido útil» no sentido de nele se concentrar todo o apoio democrático, incluindo do movimento operário e das suas organizações, incluindo aqueles que têm apoiado o PCP.

Temos por certo, por tudo aquilo que se conhece, que novos partidos democráticos serão influenciados por interesses e concepções de classe, que limitarão o alcance das suas opções, da sua política e da sua actuação.

A «utilidade» e o papel eventualmente positivo e determinante que em futuras eleições poderá ter um novo partido não poderiam ser concretizados se o apoio a esse partido fosse do campo de influência do PCP e do movimento operário organizado, cuja política em defesa da democracia e das suas conquistas está sempre assegurada e tem necessariamente de ser completamente autónoma e independente.

A «utilidade» e o papel eventualmente determinante do novo partido em futuras eleições só poderão ser concretizados se esse novo partido conseguir ganhar o apoio de grande parte daqueles que votaram no PS e no

PSD, e se ao mesmo tempo se reforçarem as posições do PCP e seus aliados.

Pode mesmo dizer-se que o papel útil e determinante do «novo partido» será tanto mais possível, quanto mais forte for o apoio do PCP e mais largo for o apoio à sua política.

Indispensável reforço do PCP

Destas considerações resultam duas conclusões fundamentais:

A primeira é que nós, comunistas, não abandonamos a novos partidos o campo social politicamente vazio como resultado do descontentamento provocado pela política do Governo.

Ao contrário, o PCP e todos os seus militantes trabalham e têm de trabalhar a fim de ganhar para a política do PCP, para o apoio ao PCP, para o voto no PCP, para as fileiras do PCP o máximo número daqueles que, tendo votado no PS e mesmo no PSD, se levantam agora contra a política do Governo Soares/Mota Pinto.

A segunda conclusão é que, para garantir uma alternativa democrática, não é bastante a formação de um novo ou de novos partidos democráticos que chamem a si e consigam o apoio de grande parte do que foi a base de apoio social, político e eleitoral do PS e do PSD; é também não só necessário mas indispensável o reforço do PCP, da sua organização, da sua influência de massas, do seu eleitorado.

O PCP entende que a unidade, a acção comum ou pelo menos a acção convergente de todas as forças democráticas e patrióticas é da mais alta importância para derrotar a reacção e alcançar uma alternativa.

Luta incansavelmente pela unidade de todos os democratas e patriotas.

Dá o devido valor e aprecia altamente a acção de todos aqueles que sinceramente intervêm na vida nacional para defender a continuação do Portugal de Abril e das suas conquistas.

Mas o PCP tem também plena consciência do que representa para o povo e para o País e por isso mesmo tem plena consciência de que o reforço do PCP é indispensável para assegurar uma alternativa e a defesa e o futuro do Portugal democrático.

Porque é o PCP o único partido que pelo seu largo e glorioso passado de luta e pela sua luta presente dá inteira garantia de qual será a sua luta futura.

Porque o PCP é o único partido que sempre esteve, está e é absolutamente certo que sempre estará ao lado dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, das mulheres na defesa dos seus direitos, da juventude na realização das suas aspirações, dos intelectuais na sua função criativa e social, de todas as camadas laboriosas, das camadas mais desfavorecidas como os reformados e os deficientes, de todos os explorados, discriminados e sujeitos a injustiças sociais.

Porque o PCP é o único partido que desde a primeira hora participou activamente com as massas populares na concretização dos grandes objectivos da revolução democrática e na sua ulterior defesa, na conquista dos direitos dos trabalhadores, das nacionalizações e da Reforma Agrária, na construção de um poder local democrático, na edificação dessa democracia progressista que merece o justo título do Portugal de Abril.

Porque o PCP é o único partido que em todas as circunstâncias, nas condições mais difíceis, defrontando todas as ameaças, discriminações, perigos e perseguições, sempre esteve, está hoje, e é absolutamente certo que estará sempre ao serviço do povo e da pátria.

Porque o PCP é o único partido que pelas suas profundas raízes na classe operária e nas massas populares, pela confiança que nele têm, pelo seu profundo conhecimento dos problemas, a sua competência e seriedade, pela sua grande capacidade de organizar, mobilizar e realizar, está em condições de (sempre com os trabalhadores, sempre com o povo) dar uma contribuição determinante para a saída da crise e a solução dos mais graves problemas que o País defronta.

Por tudo isso o PCP é um partido não só necessário, mas indispensável para uma alternativa democrática e a solução dos problemas nacionais.

Por tudo isso o reforço do PCP é do interesse não apenas dos comunistas, mas de todos os democratas e patriotas, da democracia e da independência nacional.

Nestes duros anos de luta, ante a firmeza do nosso Partido na defesa dos interesses do povo e conquistas de Abril e nas suas posições internacionalistas — os nossos inimigos e adversários anunciarão como certo que essa nossa política nos conduziria ao enfraquecimento orgânico e à perda da influência.

O que se verificou foi precisamente o contrário. Seja nas fases de fluxo, seja nas de refluxo, o Partido tem-se reforçado incessantemente.

Tínhamos em 1974, já depois do 25 de Abril, 15 000 membros. Temos actualmente mais de 200 000 e está em curso uma campanha por mais 10 000 novos militantes que estamos certos será alcançada.

Também no conselho de Sines, o Partido avança. Tínhamos em 1977 pouco mais de 400 membros do Partido. Temos actualmente mais de 1000.

Felicitemos a organização do conselho por esse importante progresso, estamos certos de que o progresso vai continuar, que novos camaradas virão ao Partido, que a confiança dos trabalhadores e das massas populares no Partido será cada vez maior.

A luta continua, Soares/Pinto para a rua! A reacção será derrotada! Abril vencerá! Viva a unidade dos trabalhadores e dos democratas! Viva o Partido Comunista Português!

Terra

Importante vitória

Agricultores de Guimarães impõem abertura da feira de gado

Na sequência de uma luta serena mas determinada pela reabertura das feiras de gado os agricultores de Guimarães obtiveram na passada segunda-feira mais uma importante vitória ao conseguirem impor a realização da feira de S. Gualter.

Depois de múltiplas tentativas junto das entidades oficiais para que estas abram as feiras e depois de aguardarem infrutiferamente durante dois anos por medidas de controlo sanitário do efectivo pecuário do seu concelho os agricultores resolveram não esperar mais e realizar a sua feira anual, isto apesar das ameaças de um senhor doutor Magalhães (vereador da Câmara) e da proibição de um senhor doutor Boaventura Fernandes que chegou ao ponto, para tentar justificar a manutenção do encerramento, de apresentar resultados de

análises efectuadas há ano e meio.

A Comissão de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB), em comunicado emitido a propósito desta luta recorda alguns dos factos entretanto ocorridos e que ilustram o papel daquela organização e a vontade e determinação dos agricultores em lutar pela defesa dos seus justos interesses.

Recuemos a meados do passado mês de Junho: reunidos no recinto da feira cerca de 100 agricultores resolveram contactar a ADADB que logo pediu audiências ao Governador Civil e ao representante do MAFA da Direcção Regional de Entre Douro e Minho. Nestas audiências ficou decidido que caso não se registassem novos casos de peripneumonia no concelho não haveria qualquer impedimento de realizar a 4 de

Agosto a feira de S. Gualter, muito embora fosse conveniente, segundo afirmaram, que a Câmara de Guimarães colocasse alguns funcionários, bem como o veterinário concelhio ao serviço do rastreio no concelho.

A ADADB pediu de seguida uma entrevista ao vereador do pelouro das feiras, doutor Magalhães, a quem transmitiu a opinião do Governador Civil e do director do MAFA, tendo obtido dele a declaração de que tudo faria para ajudar a resolver o problema.

No passado dia 27 cerca de 50 agricultores foram à Câmara para saber se sim ou não haveria feira de S. Gualter, sendo de novo recebidos pelo senhor vereador Magalhães só que, desta vez, de uma forma insultuosa e provocatória para com os pacatos agricultores que apenas procuravam uma



resposta favorável à abertura da feira.

Sem nenhum respeito por quem trabalha a terra o vereador informou que não autorizava

a abertura da feira pois, segundo alegou, existiam sete focos de peripneumonia e como os veterinários estavam de férias só para Setembro é que

se poderia fazer o verdadeiro rastreio.

Posteriormente a ADADB procurou verificar se realmente existiam focos de doença no concelho e em contacto com os sete proprietários referidos pelo vereador apurou que afinal já há ano e meio que tinham sido feitas as análises e só passados alguns meses é que os serviços de sanidade alegaram que os animais estavam doentes, sem que no entanto tenham levado qualquer deles para abate, estando todos eles ainda hoje a gozar de perfeita saúde.

Em face de tamanhas pegas e golpachas, os agricultores não estiveram mais pelos ajustes e, segunda-feira última, resolveram abrir a feira e assim pôr fim ao interregno que lhes causou milhares de contos de prejuízo.

Poder local



Câmara da Guarda contra as liberdades

A Comissão Concelhia da Guarda do PCP tomou recentemente público, em comunicado distribuído à população e aos órgãos de comunicação social, o seu protesto contra o executivo camarário, que nos dias 24 e 25 do passado mês mandou destruir os cartazes que anunciavam a Festa do «Avante!». Aliás, a edificante cena repetiu-se: duas vezes colados os cartazes duas vezes arrancados.

A Câmara invoca a existência de uma postura camarária proibindo a afixação de cartazes na cidade — «esquecendo» que nenhuma postura pode contrariar preceitos constitucionais.

De facto, lembra a Concelhia do PCP, «o artigo 37 da Constituição da República é bem claro 1.º Todos têm o direito de exprimir livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações. 2.º — O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura».

Quer a denúncia, quer a transcrição são mais que oportunas.

Por outro lado, o presidente da CM da Guarda «vem mais uma vez (infelizmente!) confirmar a injusteza das acusações que lhe têm sido formuladas quanto à actuação ilegal e propolente que tem caracterizado a sua actuação em relação aos trabalhadores do município e às suas estruturas, designadamente proibindo a realização de plenários, suspendendo e despedindo arbitrariamente trabalhadores, insultando e ameaçando dirigentes sindicais, etc.»; coloca-se abertamente em sintonia com o Governo quando este, nomeadamente através da sua «lei de segurança interna», tenta a formação de um estado totalitário, «legalizando o arbítrio, a perseguição e a violência em substituição da vida democrática», conforme afirma ainda a Comissão Concelhia do PCP.

Por outro lado, a prepotência e os atropelos à Constituição por parte de eleitos autárquicos dos partidos da maioria governamental não são na Guarda caso único — e há muitas outras organizações do Partido que ultimamente vêm denunciando a destruição de propaganda, quer à luz de posturas pretensamente legais, quer à socapa.

Temporais: Vila Franca marginalizada

Finalmente (vai lá mais de meio ano!), em despacho publicado em 27 de Junho, o Ministério do Equipamento Social distribuiu por alguns municípios afectados pelos temporais de Novembro verbas devidas para reparação de pontes, pontões e aqedutos, a cargo da Direcção-Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos.

A presidência da Câmara de Vila Franca de Xira reagiu prontamente, comunicou-o por ofício devidamente fundamentado e divulgou-o: «o município de Vila Franca de Xira foi escandalosamente marginalizado».

Município dos mais duramente atingidos pelas cheias de Novembro noutros e especificamente naquele tipo de equipamentos, é mesmo de ficar perplexo ao vê-lo totalmente omitido na distribuição de verbas quando só nas obras de reparação da Ponte de Cadafais, na do Esgalho e na da Adania — aliás já em vias de realização, por conta da Câmara — se exigiria um investimento estimado em mais de 32 mil contos.

Estas e outras anomalias constantes do despacho, e apesar das discriminações já habituais com que o Ministério «castiga» alguns municípios, são de tal ordem aberrantes que o presidente da Câmara afirma que o ministro e o secretário de Estado que o assinam só podem ter sido «enganados por quem preparou o mapa anexo ao despacho», fundamentação da distribuição feita...

Festas do Barreiro — cidade

Câmara, Juntas, Associações de empresas e a dos Comerciantes, colectividades associam-se na Comissão de Honra que organiza as Festas do Barreiro-84 — as primeiras desde que o Barreiro é cidade — de 11 a 19 do corrente.

No manifesto que dirigiu à população, a Comissão relembra as tradições centenárias das Festas — «ligadas às raízes históricas desta terra e das suas gentes, um verdadeiro património cultural, etnográfico e recreativo que continuaremos a defender, pois tal significa a defesa e a preservação da nossa memória popular colectiva. Ao princípio, festa religiosa de pescadores, depois festa popular das classes laboriosas no princípio do século, as festas chegam aos nossos dias não só como um legado histórico mas sobretudo como um conjunto de serviços e bens culturais e recreativos para usufruto da população barreirense».

Situando-se depois na «linha de autenticidade democrática reconquistada em Abril», a Comissão expressa a determinação e o desejo de que elas contribuam cada vez mais para a expressão dos sentimentos fraternais da população, «neste momento de particular significado que é o da passagem do Barreiro a cidade», e apela aos barreirenses para que «colaborem, participem e animem aquilo que constitui a maior manifestação popular das gentes da nossa terra, o Barreiro».



Nacional

Reunidos em Lisboa

Emigrantes comunistas analisam problemas das comunidades portuguesas

A realização no decorrer do Verão do próximo ano de um encontro do PCP sobre problemas da emigração constituiu uma das principais propostas saídas da reunião realizada nos passados dias 6 e 7 de Agosto, em Lisboa, por iniciativa da Comissão para o Trabalho entre a Emigração do PCP. Contando com a presença de mais de sete dezenas de membros do Partido, emigrantes em diversos países do mundo, a reunião analisou detalhadamente os problemas com que hoje se debatem as comunidades portuguesas. A enorme diversidade de situações em que se encontram os nossos emigrantes mereceu a atenção da reunião tendo os participantes salientado o sentimento muito generalizado de insegurança em que vivem e trabalham actualmente.

De acordo com o documento de conclusões divulgado na última terça-feira numa conferência de imprensa realizada no Centro Vitória, para tal facto foram apontadas como razões fundamentais as «discriminações e violências de que são alvo em muitos países onde trabalham» e, por outro lado, o progressivo agravamento da situação económica e social em Portugal e a total incapacidade dos governos PS, PSD e CDS para defender os seus interesses e dar resolução aos seus problemas».

Agravamento das dificuldades

Ao analisar a situação que se vive em diversos países, os presentes constataram «que se tem verificado, quase por todo o lado, um agravamento das condições de vida e de trabalho na emigração, multiplicando-se da parte dos patrões em geral e dos governos medidas atentatórias dos mais elementares direitos humanos e sociais, cuja primeira consequência é uma ainda maior exploração dos trabalhadores estrangeiros».

Numerosas discriminações e violações dos direitos dos trabalhadores foram denunciadas durante a reunião. São particularmente graves os problemas com que se debatem as mulheres e os jovens emigrantes e os filhos de emigrantes».

As situações dramáticas com que se debatem os traba-



Pormenor da reunião em que participaram mais de 70 emigrantes comunistas provenientes de diversos países do mundo

lhadores que continuam a sair para o estrangeiro em busca de uma vida melhor, mereceram igualmente a atenção dos participantes. A este respeito foi sublinhado que os trabalhadores nestas condições correm «o risco de expulsão, trabalham nas piores condições, sem quaisquer direitos e sujeitos à mais escandalosa exploração. Mesmo aqueles que emigram ao abrigo do chamado reagrupamento familiar sofrem numerosas discriminações».

Neste quadro, o anunciado regresso a Portugal de milhares de compatriotas emigrados em países europeus, está a fa-

- **Proposta de Encontro do PCP sobre emigração para o Verão de 85**
- **Exigida demissão do Governo**

refere que «com uma política assente na defesa dos interesses nacionais e particularmente dos emigrantes, nomeadamente no campo da revisão e aplicação dos acordos, é possível lutar contra a onda de xenofobia fascista alimentada pelos monopólios capitalistas, para garantir aos emigrantes portugueses condições para uma vida digna nos países onde se encontram».

A concluir os emigrantes membros do PCP acentuam o progressivo reforço do movimento unitário dos emigrantes, assente nas suas associações e outras formas organizativas, e salientou a importância que os conselhos das comunidades, democraticamente eleitos, têm vindo a ter para a defesa dos seus interesses, apesar das manobras do Governo para os instrumentalizar e silenciar.

Denunciando a política de marginalização e de asfixia financeira prosseguida pelo Governo em relação aos emigrantes e às suas estruturas representativas, a reunião apelou para que reforcem a sua unidade e acção.

são vítimas e negociando novos acordos com os governos dos países onde habitam e trabalham; que promova uma política de efectivo diálogo com os emigrantes e as suas organizações a todos os níveis; que realize uma política de real apoio às comunidades, reforçando a rede escolar e consular, garantindo ajuda financeira e técnica às associações e outros organismos de emigrantes e levando a cabo uma política informativa ampla e objectiva — um Governo, enfim, que defenda os que estão no estrangeiro e os seus bens em Portugal. Mais adiante o comunicado



«O anunciado regresso de compatriotas emigrados em países europeus está a fazer-se em geral sob a pressão de circunstâncias estranhas à sua vontade»



Apesar das manobras do Governo para os instrumentalizar os emigrantes e suas organizações democraticamente eleitas não têm deixado em mãos alheias a luta pela defesa dos seus interesses



Reforçar a unidade

Concluiu ainda pela necessidade da formação de um governo democrático que promova uma política de desenvolvimento nacional e de criação de postos de trabalho como uma via para um regresso em segurança; que defenda os interesses dos emigrantes denunciando as discriminações de que

Trabalhadores

Austeridade algo «lata» na Siderurgia Nacional

A «austeridade» na Siderurgia Nacional, que produziu no ano passado menos 160 mil toneladas de aço, continua a passar pela compra de carros de luxo e pelo «nepotismo» de que as ORTs acusam o presidente do conselho de gerência daquela grande empresa do sector empresarial do Estado.

O presidente do conselho de gerência da Siderurgia Nacional «diz estar contra a nacionalização» da mesma empresa em que exerce essas altas funções desde Outubro de 1982.

Ao tornarem pública essa posição do eng.º Raposo, que conduz actualmente uma campanha «em torno do chamado plano de modernização da fábrica do Seixal», a Comissão de Trabalhadores (COTRA) e a Comissão Intersindical (CISE) de Paio Pires, que são parte importante das ORTs da SN, acusam o presidente do CG, nomeado pelo então ministro da Indústria (CDS) Baião Horta, de se «servir dos poderes do seu cargo (...) para tratar de acautelar interesses pessoais e familiares», designadamente nomeando a eng.ª Simone Raposo para chefe de um reestruturado Centro de Documentação (DOC).

As ORTs da SN, em comunicado de 24 de Julho findo consideram aquela decisão uma atitude de «nepotismo» da parte do principal responsável pela gestão de uma das maiores empresas do sector público e nacionalizado da economia portuguesa.

A aquisição de carros luxuosos (além dos Peugeot 305) que, apesar da austeridade já não chegam, enquanto ainda «há bem poucos dias se perdiam uma boas horas de produção do forno eléctrico do Seixal por falta de uma grua no parque de máquinas», é também motivo para a tomada de posição pública das ORTs da Siderurgia, pois, como afir-

mam, não lhes compete «denunciar apenas os escândalos que envolvem milhões de contos», mas também o que chamam «pequenos casos» que «dão bem a ideia da moral de certos senhores e podem contribuir para perceber melhor a essência de outros escândalos mais sonantes».

Depois de recordarem que «os órgãos de gestão de cúpula da SN têm carros ao seu serviço e para uso pessoal dos seus titulares», as ORTs da Siderurgia consideram que «talvez não fosse incorrecta a existência de regulamentação própria de moide a introduzir um mínimo de moralidade nestes gastos», já que o eng.º Ra-

poseiro (será que «não admite andar agora de Peugeot?» — perguntam aquelas organizações representativas) tratou de comprar, através do CG, «mais três carros (dois Ford Sierra 2.0 Ghia e um Opel Berlina 1604 S)» — atitude que as ORTs consideram «um abuso» ainda maior pelo facto de se tratar mais uma vez de automóveis de luxo (como já acontecera aliás com os Peugeot) «no valor de alguns milhares de contos cada um».

Novas despesas de viagem

Quando se referem à reestruturação do Centro de Documentação, as ORTs que põem em dúvida a origem e necessidade das alterações, salientam «uma conclusão que parece desde já evidente: com esta reestruturação o sr. Raposo obteve a cobertura "legal" para novas despesas de viagem entre as duas fábricas» (Seixal e Maia, esta no Porto). A chefe do DOC, que é a esposa do presidente do conselho de gerência, «passa também a assumir a responsabilidade directa de um órgão de documentação

da fábrica da Maia». A propósito, as ORTs da SN recordam «as viagens de táxi entre o Seixal e a sede, em Lisboa» à hora do almoço — o que julgamos não interessar à tão apregoada austeridade da SN», dizem com algum «espanto» as ORTs, pois acham inexplicável que, tendo o DOC «a maior parte dos seus meios instalados no Seixal», o local de trabalho da chefe desse departamento passe a ser a sede em Lisboa e não a fábrica do Seixal.

Em nada disto as ORTs vêem vantagens para a SN. Os trabalhadores, que se referem à disposição normativa 3/84 de 25 de Junho findo (consagra-

do «uma nova estrutura para o Centro de Documentação») sugerem ao eng.º Raposo que, visto não estar de acordo com a nacionalização da SN, escolha «um bom caminho»: saia da empresa e interrompa os seus abusos que, na verdade, só são possíveis porque a SN é nacionalizada».

Porque não vai o sr. Raposo — concluem as ORTs — servir directamente as empresas capitalistas, cujas virtudes de gestão merecem os seus elogios e parecem povoar os seus sonhos?

«Se a SN não estivesse nacionalizada, o sr. Raposo não praticaria os desmandos a que se tem entregue». Difícilmente até seria «colocado na cúpula da empresa, porque, para estes cargos, os monopólios não exigem somente qualificação reacção aos seus detentores», sublinham por último as ORTs (COTRA e CISE) da Siderurgia Nacional.



«Prestígio às 4 rodas»

Em 22 de Janeiro de 1981 uma reportagem do «Avante!» na Siderurgia Nacional inseria esta foto com legenda. Sublinhava-se a despesa sumptuária que então representava a compra pelo conselho de gerência de 11 automóveis de luxo (três na foto) no valor de 9 310 357\$000 mais os apetrechos e acessórios condizentes. Nessa ocasião em greve, os trabalhadores da SN protestavam contra o luxuoso desperdício; mais um dos que afligiam seriamente a vida da empresa. Três anos e meio depois compram-se outros três carros de alto preço. As aflições não desapareceram. Pelo contrário, agravaram-se. A falta de uma grua no parque de máquinas provoca horas de paralisação no forno do Seixal. Mas «o prestígio sobre quatro rodas» mantém-se entre as opções orçamentais do conselho de gerência da SN presidido pelo eng.º Raposo. A diferença é que desta vez preferiram-se outras marcas à «Peugeot», certamente com a bênção tutelar do Ministério da Indústria e Energia, sempre preocupado com os «prejuízos» que o sector empresarial do Estado acarreta ao País.

SN/EP

Como os gestores gerem a «crise» e dela se aproveitam

Numa folha sobre controlo de gestão, contendo referências breves à actuação dos governos e conselhos de gerência na Siderurgia Nacional entre 1975 e 1984, a COTRA (CT da SN) acusa o actual conselho de gerência daquela empresa pública (o respectivo presidente «é o homem de confiança de Baião Horta, ex-ministro do CDS») de tudo ter feito «para servir os seus interesses pessoais, degradar a empresa e a sua imagem, criar um clima social instável e de confronto com os trabalhadores, tentando assim encobrir perante a opinião pública os ataques à SN/EP da parte do Governo e a submissão aos ditames da CEE e do imperialismo».

A partir desse documento distribuído durante a recente semana de luta em defesa do sector empresarial do Estado, destacam-se alguns elementos fornecidos pela comissão de trabalhadores (COTRA) da Siderurgia Nacional:

1975: O Ministério da Indústria (ministro João Cravinho) perspectiva em despacho directivas amplas para o Plano Siderúrgico Nacional (PSN), para o «aproveitamento dos recursos nacionais e a procura do desenvolvimento em todas as frentes».

1977: Com Mário Soares como primeiro-ministro, «é anulado o desenvolvimento do fabrico de planos (chapa).

1979: «Projecta-se a expansão da SN/EP em um milhão de toneladas e adia-se o trem de perlit e a expansão da coqueria. Fala-se no aproveitamento dos minérios de Moncorvo, mas não se fala no cais mineiro. Pretende-se integrar na indústria privada a Central de Oxigénio e Forno da Cal. Mota Pinto no governo».

1981: «Congela-se o Projecto (reduzido) de Expansão da Siderurgia Nacional, apesar dos compromissos assumidos pela SN/EP no estrangeiro e a nível nacional (metalomecânica pesada). Gastos totais pagos: 9003 milhares de contos; comprometidos: 20 336 milhares de contos.

1983: «Estuda-se uma variante para a modernização da SN/EP que, entre outras inovações, pretende acabar com instalações hoje rentáveis, tais como alto-forno, aciaria, sinterização».

1984: «Há dias na TV o ministro Veiga Simão diz que a paragem das instalações é correcta. Confirma-se assim que o actual Governo dá continuidade à política de recuperação capitalista e restauração de monopólios e latifúndios, iniciada pelo I Governo Constitucional de Mário Soares».

1983: «O conselho de gerência (CG) arrasta e dificulta as negociações de acordo de empresa (AE). Apoiado nos divisionistas e numa arbitragem», que se limitou a «arbitrar» a proposta da empresa, o CG «impõe à esmagadora maioria dos trabalhadores» os 19 por cento do Governo. Essa mesma maioria, «devido à sua

luta contra aquelas imposições», é reprimida «durante dois meses com a discriminação salarial, ou seja, para trabalho igual salário desigual». Porque as ORTs deixaram entrar a RTP numa das paralisações, o CG instaura quatro processos disciplinares a quatro membros das organizações representativas dos trabalhadores».

1984: «O CG apresenta na mesa de negociações uma proposta de 0% de aumento» (ou melhor, com a continuação da luta, atinge os 12 por cento; mais tarde assina com os divisionistas amarelos um aumento de 18,4 por cento). Como em 1983, tenta «aplicar nova discriminação salarial à esmagadora maioria dos trabalhadores: os filiados no Sindicato dos Metalúrgicos». Entrando em luta pelo «salário igual para todos» (conforme as categorias, naturalmente), no espaço de duas semanas, os trabalhadores «são confrontados com as forças de repressão (GNER) a mando do CG e do Governo». Depois de nova tentativa

«para vergar os trabalhadores pelo não pagamento dos salários no fim do mês de Abril», ao fim de «17 dias de luta o CG aceita a proposta de pagamento igual para todos», não sem que antes o CG mande «instaurar cerca de 600 processos disciplinares a trabalhadores em luta (quatro com intenção de despedimento) processos esses «apoiados em declarações não confirmadas e difamatórias». O CG foge assim às suas responsabilidades «à custa de horas extra e da admissão a prazo de um trabalhador para a instauração dos processos».

Na parte final do seu breve balanço sobre o controlo de gestão, «os trabalhadores da SN/EP, conscientes da importância que a empresa detém no desenvolvimento da economia do País e na ajuda para a saída da crise que atravessamos, garantem a todos os trabalhadores e ao povo português que lutarão determinada e tenazmente contra este Governo e este CG que pretendem arruinar a empresa. E não pouparão esforços na luta por uma nova política, um novo Governo e uma vida melhor».

Paralisação a 100 por cento

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional cumpriram na última terça-feira uma paralisação de 24 horas como forma de protesto contra os 700 processos disciplinares levantados pela administração e seus repetidos ataques aos representantes dos trabalhadores.

Seguida a cem por cento pelos trabalhadores da empresa esta jornada de luta surge na sequência das paralisações efectuadas entre 17 de Abril e 4 de Maio, acções que se destinaram, para além dos objectivos já referidos, a lutar contra a discriminação salarial que afecta a maioria dos trabalhadores, contra a corrupção e contra as penas de suspensão com intenção de despedimento a quatro trabalhadores.

Recorde-se, entretanto, que esta jornada de luta dos trabalhadores da Siderurgia resultou das decisões tomadas em 31 de Julho findo no decorrer de um Plenário reunido de emergência nas instalações de Paio Pires, no qual os participantes confirmaram as posições anteriormente assumidas pelas ORTs e mandatavam as mesmas organizações representativas, designadamente a CISE (Comissão Intersindical) e a COTRA (Comissão de Trabalhadores) da Siderurgia Nacional para definir «as formas de luta mais adequadas ao combate contra o «clima de repressão e de intimidação intolerante (e intolerável) que tem violado sistematicamente a Constituição e as Leis do País» naquela empresa pública» onde o conselho de gerência, «recusando-se a dialogar com os legítimos representantes dos trabalhadores», acabava de ordenar que fossem «retidos os recibos mecanográficos dos salários de Julho» aos membros do COTRA e prossegua com os processos disciplinares que o Plenário considera destinados a «amordaciar e até a destruir a Comissão de Trabalhadores», tentando ainda o CG «violar o acordo livremente firmado no ano passado, e reduzir de seis para três o número de elementos da COTRA a tempo inteiro». Na moção aprovada em 31 de Julho, o Plenário responsabilizava o CG «por todas as consequências que desta situação possam advir, nomeadamente os prejuízos materiais, quer dos elementos da COTRA, quer da própria empresa».



Uma empresa rentável

Numa moção aprovada em defesa do sector empresarial do Estado e distribuída durante a semana de luta entre 23 e 27 de Julho findo, a CT da SN (COTRA), depois de referir-se aos pontos principais das conclusões do Plenário Nacional das ORTs do SEE (12/7) onde foi aprovada aquela forma de luta, recorda que «apesar dos ataques que tem sofrido, o sector empresarial do Estado contribuiu, entre 1977 e 1984, para o Orçamento Geral do Estado, com mais de 200 milhões de contos do que recebeu sob a forma de aumentos de capital, indemnizações compensatórias ou subsídios». Também «aquí na Siderurgia Nacional

— refere a moção — é sabido que, apesar dos aumentos de preços das matérias-primas e de todas as dificuldades levantadas às empresas, esta é economicamente rentável. O próprio Governo, no chamado Programa de Recuperação Financeira e Económica afirma, na página 132, que «até 1979 a Siderurgia Nacional detinha uma sólida situação económico-financeira...» e que «a suspensão efectiva da execução do Projecto de Expansão (PEPLS) desde 1980 (...) foi a causa determinante da rápida deterioração da sua situação económico-financeira à qual hoje não pode fazer face exclusivamente pelos seus próprios

meios». E mais adiante — acrescenta a COTRA — o Governo refere no mesmo Programa (página 136) que «enquanto na SN a mão-de-obra representa cerca de 16 por cento nos custos finais esse valor é, em média, na Europa de 30 por cento, o que tem justificado em parte a competitividade que esta empresa tem demonstrado nas suas exportações». Isto é, conclui a COTRA neste ponto, «a SN é rentável e as dificuldades que atravessa não são provocadas pelos trabalhadores». São, pelo contrário, «uma consequência da política prosseguida pelos sucessivos governos de recuperação capitalista».

A unidade sindical não passou à história

A unidade sindical não passou à história. Ela continua a ser perfeitamente compatível com os outros princípios universais por que se regem os sindicatos autênticos — autenticidade que lhes advém principalmente da sua actividade como tal, como organizações representativas dos interesses gerais dos trabalhadores. Os sindicatos, ou organizações com esse nome, que se dizem «autónomos» não chegam a privilegiar autonomia nenhuma. Servem-se é normalmente desse rótulo para o substituírem a acção da unidade que não pode excluir, antes tem que contar principalmente com os comunistas.

A questão da unidade é uma preocupação permanente dos sindicatos e de todo o movimento sindical dentro do nosso país e lá fora. Pela defesa da unidade se distinguem as várias orientações que presidem aos movimentos organizados dos trabalhadores. Pela recusa da unidade se orientam os que vêm na organização sindical comunista um perigo para as ambições hegemónicas do sistema capitalista.

Como defensores da unidade enfleiram os movimentos, centrais e sindicatos para os quais os princípios como a independência, a democracia e a liberdade exercidas na acção político-sindical não são fórmulas vazias de sentido, mas representam uma experiência e uma força substantiva, enriquecida no combate contra o fascismo e contra outros regimes opressores que dependem do sistema capitalista.

Como defensores do divisionismo caracterizam-se as direcções sindicais, agremiações e sindicatos que recusam por princípio a unidade com os co-

munistas organizados; e que chegam mesmo a rejeitar a unidade na acção para a luta contra flagelos tão vastos e generalizados como o desemprego, a corrida aos armamentos, a guerra, o peso das crises capitalistas atrado totalmente para cima dos trabalhadores.

A unidade é geralmente oposta à conciliação de classes. As duas práticas são de facto incompatíveis. Só quem confunde negociação com cedência pode admitir que o anti-comunismo funcione como elemento gerador de tensões e conflitos entre trabalhadores assalariados, sejam eles desta ou daquela categoria profissional, exerçam que profissão exercerem, estejam empregados ou no desemprego, sigam a corrente partidária a ou b, cumpram um outro credo político, sejam sindicalizados ou não.

Tem sido muito repisado o facto (mas convém lembrá-lo, pois parece esquecido) de que os sindicatos não são parlamentos ou instituições idênti-

cas, onde se confrontem classes sociais com interesses antagonísticos e se revelem contradições insolúveis pela via da unidade e do compromisso social.

Embora a deturpação tenha feito muito mal a algumas afirmações de princípio que a prática enriqueceu, não é supérfluo nem acessório voltar a insistir hoje no facto de que as afinidades que unem nos sindicatos todos os que vivem substancialmente do salário são sempre mais férteis do que os motivos invocados para afastar os trabalhadores da unidade organizada, da acção conjunta por objectivos comuns.

Se estas considerações precisassem de prova seria necessário deitar a realidade fora, como faz de resto a propaganda oficial sempre que se trata de privilegiar o divisionismo e de fazer o jogo descarado das classes inimigas do bem-estar e do progresso da maioria da população.

«Justiça patronal»

Tudo pode suceder neste «país das uvas». Diz o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto: «Até há pouco tempo, a maioria dos trabalhadores da JJ Gonçalves recebia, para além do salário, um prémio mensal em dinheiro. Depois de acordado o CCTV (contrato) do ramo automóvel, ainda não publicado, mas com efeitos retroactivos a 1 de Junho de 1984, a gerência de empresa integrou o prémio no salário, o que significa que a maioria dos trabalhadores da JJ Gonçalves

não terá qualquer aumento salarial, quando o contrato for publicado; não receberá retroactivos salariais e ficará sem o prémio até aqui praticado. Os restantes trabalhadores, delegados e activistas sindicais, continuam ainda a ganhar pela tabela contratual, pois a empresa não distribuiu qualquer prémio a estes trabalhadores, por motivos claramente ligados à sua militância sindical». Vem a primeira que entenda esta «justiça patronal» no País de Abril...

MÚTUA DOS PESCADORES Expressiva vitória da lista «A»

A lista «A» afecta aos anteriores corpos gerentes venceu com uma expressiva vantagem as eleições na Mútua dos Pescadores. Segundo os resultados provisórios conhecidos à hora do fecho desta edição a lista já considerada vencedora levava uma vantagem de 776 votos sobre a sua opositora, lista subordinada aos interesses de alguns grandes armadores e à UGT.

Segundo um comunicado, entretanto divulgado, a lista vencedora afirma ser objectivo imediato da sua acção devolver a Mútua aos pescadores, de acordo com a «vontade democraticamente expressa no acto eleitoral».

Analisando o processo que conduziu às eleições a lista «A» alerta para as manobras da lista «B» e da comissão administrativa nomeada pelo Governo no sentido de tentar eventualmente retardar o processo de tomada de posse ou de desencadear, como já o fizeram anteriormente, as mais diversas pressões e irregularidades.

Caça com greve?

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública mantém no fim da semana passada a data de 15 do corrente para a realização da greve de 24 horas dos guardas florestais dos serviços de caça. Diz a Federação que a greve se concretizará, se os responsáveis, a nível da Secretaria de Estado e da Direcção-Geral, departamentos dependentes do Ministério da Agricultura (MAFA), «não concretizarem na prática algumas das reivindicações apresentadas pelos trabalhadores do sector, através das suas estruturas representativas». Acrescenta a Federação que reina uma desorganização completa e uma não menor desconexão «entre os diversos organismos e estruturas da Direcção-Geral das Florestas e

da Direcção dos Serviços de Caça, o que provoca nomeadamente casos de corrupção» não especificados no comunicado referido aqui. Diz ainda a Federação que o MAFA só tem manifestado «desinteresse pelos problemas dos trabalhadores do sector, em particular, e pelo próprio sector (da caça em geral)». Sublinha, por outro lado, a Federação que «por todo o País são constantes os casos de brigadas de fiscalização de caça» que ficam «paralisadas por falta de meio de transporte ou por insuficiente número de guardas, apesar de milhares de contos serem depositados, por ano, nos cofres da Direcção dos Serviços de Caça» pelos caçadores portugueses. Recorde-se que no dia 15 de Agosto abre oficialmente a caça em Portugal.

Internacional



Terrorismo e sabotagem contra a construção de uma nova vida

ANGOLA Sabotagem tem a marca da CIA

Os métodos utilizados pela CIA um pouco por todo o mundo têm um cunho característico, que muitas vezes, só por isso, levam à sua fácil identificação. Não porque tais acções não tenham em conta a realidade concreta de cada país, de cada zona. Mas porque a escola e a cabeça são as mesmas. E o objectivo central não oferece variantes.

Não há muito, à minagem das águas da Nicarágua provocou acidentes com navios mercantes de várias nacionalidades. Neste momento o alvo é Angola. Dia 29 duas explosões danificaram dois navios na Baía de Luanda: o navio angolano «Lundogo» e o «Arense» da República Democrática Alemã.

Os navios estavam carregados de bens alimentares, parcialmente destruídos com as explosões. Denunciando este acto de sabotagem, a Angop afirmava que «o material utilizado e a acção de sabotagem revelam os métodos que a CIA utiliza contra a Nicarágua na sua ânsia de liquidar governos empenhados no caminho da

verdadeira independência política e económica».

Dias depois o semanário britânico «Observer» referia que a autoria do acto de sabotagem no porto de Luanda seria de um grupo das Forças Armadas sul-africanas. E mais: que a intensificação de acções terroristas contra Angola surgiram na sequência (e naturalmente como decisão) de um encontro entre o sub-secretário de Estado norte-americano para assuntos africanos, Chester Crocker, o ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Botha, e Jonas Savimbi, da Unita. Uma denúncia perfeitamente verosímil, que nada tem de surpreendente.

Trata-se ao fim e ao cabo de uma prática comum. Uma das tais acções facilmente identificáveis como sendo da CIA. Porque o objectivo é evidente: tentar forçar um país a inverter uma linha política virada para a defesa dos interesses populares e para a construção de uma nova sociedade, e por isso mesmo contrária aos mais vitais interesses do imperialismo (que como sabemos justifica uma prática terrorista,

concretizada como política oficial, em qualquer ponto do globo). Quanto aos métodos — sabotagem económica, assassinato, tentativa de criação de um clima de instabilidade e terror — são também os mais comuns.

Para nós aqui, em Portugal, importa entretanto salientar um outro facto significativo. Primeiro, foi possível à Unita, uma vez mais, divulgar no nosso país, com todo o à-vontade, um comunicado reivindicando a autoria dos actos de sabotagem do porto de Luanda (o que, a ser verdade, só vem confirmar a sua qualidade de instrumento da CIA e da África do Sul. Por outro lado os nomes que surgem directamente ligados à política do imperialismo em África e mesmo, especificamente, à prática do terrorismo contra o povo angolano, repetem-se excessivamente, quer em passagens pelo nosso país, quer em contactos com gente do Governo. O que no mínimo não pode deixar de nos levantar uma interrogação fundamental: qual é o papel do Governo português em tudo isto?

NICARÁGUA Um povo contra o imperialismo

O confronto entre um povo e um governo estrangeiro — esta uma caracterização que bem pode reflectir no essencial a realidade que se vive hoje na Nicarágua sandinista. A batalha quotidiana de um povo contra as pretensões do imperialismo de esmagar o processo revolucionário em curso.

Do apoio popular ao governo sandinista é difícil duvidar. A inscrição massiva no recenseamento para as eleições de Novembro constituiu simplesmente mais uma expressão desse apoio. Como destacou o coordenador da junta e candidato presidencial Daniel Ortega, ao inscrever-se em massa, o povo nicaraguense «votou claramente pela democracia, destruindo todas as manobras do inimigo».

Na verdade este facto apenas confirma uma realidade quotidiana, que se afirma na própria sobrevivência da revolução, «alvo permanente das mais diversas formas de agressão, na evolução eminentemente popular que se tem vin-

do a registar ao longo deste processo de cinco anos, no aprofundamento das conquistas revolucionárias, nos êxitos alcançados no plano económico e social, apesar das difíceis condições impostas pela reacção nacional e internacional.

A revolução sandinista tem conseguido não só afirmar-se como defensor-se. E na defesa como na construção é o povo da Nicarágua que está presente.

Desta capacidade de afirmação e defesa são exemplo factos e decisões destes últimos dias, que passam, quer pela aprovação de um decreto sobre a revogação de várias restrições impostas pelas leis do estado de sítio, retirando base a quaisquer pretensões da reacção de tentar apresentar o processo eleitoral como uma farsa, quer ainda por mais uma operação bem sucedida das forças armadas que aniquilaram um bando contra-revolucionário. Mais um.

Entretanto o imperialismo e

a reacção não perderam esperanças de inverter o processo político em curso na Nicarágua. E nesse sentido utilizam todas as armas possíveis. Das ameaças de invasão à prática do terrorismo, passando pelos baldados esforços de ocupar uma parcela do território da Nicarágua com bandos armados e aí proclamar um «governo provisório». Ou ainda pela utilização de grupos contra-revolucionários, ou pela sabotagem de negociações com a junta sandinista.

É neste contexto que se insere a decisão da Coordenação Democrática «Ramiro Sacasa», agrupamento que representa de facto os interesses norte-americanos na Nicarágua, de não se inscrever nas eleições, decisão que foi comentada pelo próprio «Washington Post» como sendo contraditória com os objectivos propalados de «incentivar o desenvolvimento da democracia e do pluralismo na Nicarágua» (será esta mesma «democracia» e este mesmo «plu-



O povo da Nicarágua aposta na construção

ralismo» que Mário Soares defende?).

Numa inequívoca posição de firmeza face às pretensões deste agrupamento reaccionário, Daniel Ortega comentou que «a primeira coisa que Arturo Cruz tem que fazer para reclamar o diálogo, é actuar como nicaraguense e não como agente da CIA porque, para isso, é melhor continuar a dialogar com os Estados Unidos». E o ministro do Interior, Tomás Borges foi igualmente claro ao afirmar que a decisão da CDN de não participar nas eleições de Novembro «exclui-a de qualquer possibilidade política no futuro».

Entretanto esta decisão do agrupamento reaccionário de não participar no acto eleitoral pode apontar para uma mais definida opção de intervenção militar por parte do imperialismo.

Neste confronto entre o povo da Nicarágua (que naturalmente conta com a solidariedade e apoio das forças pro-

gressistas de todo o mundo) e o imperialismo, o governo português alinha do mesmo lado dos que tudo fazem para sabotar o processo em curso. O que mais uma vez foi confirmado. Naturalmente em nome da «liberdade», da «democracia», do «pluralismo» Mário Soares recebeu há dias o traidor Eden Pastora. Na verdade Lisboa vai fazendo parte do trajecto dos diversos ditadores e traidores, que se deslocam à Europa para pedir apoios.

Mas nada poderá impedir o avanço duma revolução com tão fundas raízes populares. Como afirmou Daniel Ortega, na abertura da campanha eleitoral, ao falar do programa da Frente Sandinista para as eleições de Novembro, a despeito das diversas formas de agressão a que a revolução está a ser sujeita, a reforma agrária será aprofundada, proseguirá a construção de habitações, os trabalhadores terão oportunidade de estudar, a revolução será defendida.

Países em vias de desenvolvimento dívida externa, um problema político

O problema da dívida externa de países em vias de desenvolvimento aos países capitalistas desenvolvidos — reflexo e factor do fosso que se aprofunda entre os povos vítimas históricas do colonialismo e hoje da exploração neocolonialista e os grandes países capitalistas — está a assumir tais proporções, que não só põem em causa a sobrevivência de largos sectores da população dos países mais pauperizados, como gera amplos movimentos sociais de protesto e atinge o próprio sistema de relações económicas internacionais impostas pelo capitalismo, de que os dramáticos frutos estão bem à vista.

A premência do problema tem-se imposto a múltiplas reuniões internacionais ultimamente realizadas. Mesmo governos conservadores e até reaccionários têm vindo a assumir posições com laivos de defesa dos interesses nacionais, no temor de explosões sociais internas. Ideia sintetizada, por exemplo, nas palavras do ministro argentino dos Negócios

vida (e não a dívida em si) aborre uma média de 23% do valor das exportações dos países em vias de desenvolvimento (PVD), sendo que o preço dessas mercadorias de exportação está em constante depreciação. Mais, a elevação das taxas de juro em um ponto equivale ao aumento do peso anual da dívida dos PVD em cerca de 4 biliões de dólares.

Um problema político

O problema do desenvolvimento, que se imporia como acelerado, dos PVD, não é naturalmente questão simples de resolver. As estruturas económicas herdadas da exploração colonial, as dependências económicas, a inexistência de quadros técnicos ou simplesmente de trabalhadores alfabetizados,

forma a manter e agravar a exploração dos que já hoje são mais explorados. A verdade é que há quem ganhe com a situação actual, com a morte de fome de muitos e muitos milhares de pessoas.

Concretamente, nos últimos 10 anos, os lucros das multinacionais nos jovens estados independentes aumentaram em cerca de 25%. Isto no plano internacional. No plano nacional é igualmente verdade que há quem tire lucros da miséria do seu próprio povo, da pauperização do seu país. Lucros económicos e lucros políticos.

Assim, na cimeira dos 7 grandes países capitalistas realizada em Junho em Londres, a aposta foi prosseguir a mesma política. Então o jornal «Le Monde» comentava em editorial: «os sete dedicaram-se essencialmente a acalmar os espíritos, reafirmando a sua estratégia de tratar caso por caso, país por país, as questões financeiras, concedendo aos Estados «mercedores» — na verdade os que aceitam apertar o cinto — facilidades suplementares».

Na declaração económica saída da cimeira, insiste-se em «encorajar o FMI no seu papel central neste processo», «encorajar os fluxos de investimentos directos a longo prazo», ou ainda «encorajar mais abertamente o fluxo de investimento privado». Em síntese, prender de forma ainda mais sólida os países em vias de desenvolvimento aos esquemas de exploração do capitalismo internacional. Chega-se a afirmar — em gritante contradição com a realidade dos factos — que «os países devedores mostraram-se cada vez mais

dispostos a aceitar a necessidade de ajustar a sua política económica, apesar dos esforços dolorosos e corajosos que isso exige». Ou seja: apesar da fome, da mais completa miséria, da brutal repressão que se abate sobre movimentos de massas contra o agravamento de preços de produtos essenciais.

De facto é difícil ser mais claro. Mas também não será fácil mostrar de forma mais evidente a total incapacidade do capitalismo de dar resposta a problemas que gera, e que de facto também o atingem como sistema.

É o próprio «International Herald Tribune» que diz: «Esta vez a direita tem que concordar com a esquerda em que o capitalismo é o culpado de que a miséria continue a ser uma constante no «terceiro mundo» nos anos 80». O sinal de alarme sou. O 1983 foi um ano de grandes acções de trabalhadores no Brasil, Chile, Peru, Bolívia, Uruguai, México, Argentina, Sri Lanka, Bangladesh, Filipinas, Paquistão, Zaire, e muitos outros. As acções pelo pão em Marrocos, Tunísia, São Domingos surgem como explosões de desencanto popular irreprimíveis, uma clara condenação da política do FMI que pura e simplesmente condena povos inteiros à morte pela fome.

Um sinal de alarme que se fez também sentir ao nível do sistema financeiro internacional, com a possibilidade de os devedores não pagarem aos seus credores. Sinais de alarme que testemunham da incapacidade, do carácter historicamente inviável do próprio sistema capitalista.

ARGENTINA A importância da denúncia do que foi a repressão

Desenvolve-se neste momento na Argentina uma grande batalha popular pela mais ampla denúncia do que foi a repressão, pela incriminação dos responsáveis pelas prisões e tortura, pelos assassinatos e desaparecimentos que foram prática corrente da ditadura militar. Há dias, várias organizações humanitárias apresentaram ao Senado uma lista de quase 900 militares acusados de violação dos direitos humanos nos últimos dez anos, lista em que figuram sete dos 13 coronéis que deveriam ser promovidos a general na próxima promoção oficial.

Como seria de esperar este movimento de denúncia, esta profunda exigência popular de justiça, tem defrontado com resistências, e agora mesmo com acções terroristas. No passado fim-de-semana um dirigente da Comissão Nacional Argentina para os Desaparecidos — um dos responsáveis desse organismo oficial encarregado de investigar sobre os desaparecimentos durante a ditadura militar — foi alvo de um

atenado bombista. Outras formas de resistência são de prever.

Mas o processo continua. E pela primeira vez foram divulgadas directivas da ditadura militar para a repressão do movimento operário. Directivas que datam de 1977.

Um facto de referir e que a investigação judicial confirmou que existiam no Estado Maior do Exército informações detalhadas sobre todas as operações realizadas em 77, em particular referentes ao sequestro de delegados e activistas sindicais.

O documento divulgado — «directiva 504/77», assinada pelo general Viola, inclui instruções significativas, de que damos alguns exemplos.

● «No caso de prisões, deverá proceder-se de forma a que elas sejam feitas fora da empresa e de forma mais ou menos simultânea e velada».

● Aconselha-se o «método que em cada caso seja mais conveniente para o êxito da operação».

● O objectivo das operações

era garantir «estruturas de Estado, empresariais e operárias, ideologicamente depuradas».

● As actividades planeadas incluíam a «de puração marxista» das bases e estruturas sindicais, e a proposta de «novos corpos de delegados e comissões internas onde fosse necessário».

● O informe era enviado ao Comandante em Chefe do Exército, e deveria incluir sugestões sobre a forma «mais conveniente de garantir a eliminação de elementos subversivos infiltrados em fábricas ou outros que, não pertencendo a instalações fabris, participam em coordenadoras das frentes fabris».

O preço de directivas como esta, de toda a acção repressiva desenvolvida ao longo dos anos em que o povo argentino viveu sob a ditadura de conhecido, e deixou sequelas que se mantêm bem vivas. A denúncia que se passou e dos seus responsáveis é um factor fundamental para que nada disto possa voltar a acontecer.



Miséria, uma parte do preço pago pelos povos pela livre exploração dos seus países pelas multinacionais

Estrangeiros, quando afirma: «Muitas vezes, os custos sociais e políticos que estas medidas provocam são mais ameaçadores que os da própria dívida».

A gravidade do problema não oferece dúvidas. Só a dívida externa dos países da América Latina e das Caraíbas ascende a 350 mil milhões de dólares. O simples serviço da dí-

Numa outra perspectiva, vale a pena referir dados das conferências da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) hoje uma vez mais reunida, em Viena. Na conferência realizada em 1975 por esta organização internacional em Lima, estabeleceu-se como objectivo que os PVD deveriam atingir uma participação de 25 por

tudo isso são problemas muito reais. Mas isso é apenas a ponta do iceberg.

Na conferência da ONUDI em Viena o chefe da delegação soviética (entre outros), sublinhou as responsabilidades e o aproveitamento, por parte dos monopólios internacionais e dos grandes países capitalistas, do actual sistema económico internacional, moldado de

de certa forma sintetizadas num cartaz afixado nas paredes da sala onde se realizaram as comemorações: «com unidade, estudo e trabalho imortalizemos os mártires de Pindjguiti».

● **Lei antiterrorista, também no Chile de Pinochet** — O secretário da organização «Chile Democrático» que agrupa oito partidos da esquerda chilena afirmou que, com a actual lei antiterrorista, «qualquer pessoa pode ser qualificada de terrorista e ser assassinada». Como se vê as ditaduras fascistas também usam a lei para melhor cobrir a repressão.

Entretanto, e em função do próprio isolamento sentido pela Junta, face ao ascenso da luta popular, a repressão tem vindo a agravar-se. O número de presos e feridos por disparos duplicou em relação ao ano passado. No primeiro semestre de 84 registaram-se 35 assassinatos, contra 15 nos primeiros 6 meses do ano passado. A violenta repressão — que visa igualmente a divisão da oposição entre «tolerados» e «perseguidos» — não poderá travar uma luta popular que se amplia não só no Chile mas também noutros países da América Latina.

● **Polónia: não à ingerência nas questões internas** — Os órgãos de informação burguesa deram a mais ampla cobertura à decisão do governo norte-

-americano de restabelecer o intercâmbio cultural com a Polónia e a realização de voos das linhas aéreas polacas aos Estados Unidos, como de importante gesto de boa vontade se tratasse.

A verdade entretanto é que não só tal gesto de «boa vontade» não passa da anulação, mais que limitada, de medidas assumidas por Washington em violação de normas internacionais contra a ingerência em questões internas de cada país, como até mesmo esse gesto vem acompanhado de uma reafirmação de tal política.

Num comentário à posição dos EUA a agência PAP salienta que «numa análise das decisões norte-americanas põe em evidência que o governo dos EUA não está ainda pronto a normalizar inteiramente as relações com a Polónia, as quais devem basear-se no respeito pela soberania da República Popular da Polónia, na observância do princípio de não ingerência nas questões internas da outra parte e no cumprimento de mútuos tratados e acordos celebrados». E acrescenta: «Quando tempo levará ainda Washington a compreender que é na Polónia que se resolvem as questões polacas e que a concessão da mencionada amnistia (o pretexto invocado por Washington) não é submissão a nenhuma pressão externa mas sim sinal do regresso da vida do país à normalidade e concretização das medidas adoptadas pelo IX Congresso do POUP».

Quais as vantagens e desvantagens da entrada para o Mercado Comum?

SECTOR POR SECTOR ESTA COLEÇÃO DA RESPOSTA

Agricultura • Pescas • Comércio • Transportes • Turismo • Indústria

— Alguns dos temas tratados nesta coleção